

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

FABIELE MAGDALINE CHAVES LOVATO
VANESSA APARECIDA DINIZ

DESAFIOS COTIDIANOS E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS DOS
EDUCADORES SOCIAIS

PONTA GROSSA
2019

FABIELE MAGDALINE CHAVES LOVATO
VANESSA APARECIDA DINIZ

DESAFIOS COTIDIANOS E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS DOS
EDUCADORES SOCIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção de título de graduação na
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Curso
em Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Professora Dra. Priscila Larocca

PONTA GROSSA
2019

FABIELE MAGDALINE CHAVES LOVATO
VANESSA APARECIDA DINIZ

**DESAFIOS COTIDIANOS E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS DOS
EDUCADORES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora homologada pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como exigência parcial dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciadas em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Priscila Larocca
(orientador)

Prof.^o Dr.^o Érico Ribas Machado

Prof.^a Dr.^a Carina Alves da Silva Darcoletto

PONTA GROSSA
2019

Dedicamos este trabalho aos Educadores Sociais que lutam em busca da sua
valorização e reconhecimento profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus pela graça da vida e por ser nosso guia para a realização deste trabalho.

Ao meu noivo, que me ajudou e me apoiou em todos os momentos fazendo com que eu percebesse o lado bom de todas as situações. (Vanessa Aparecida Diniz)

A minha família, que indiretamente me fez sentir desejo de realizar esse trabalho. (Vanessa Aparecida Diniz)

A minha querida avó, que sempre me ensinou valores necessários à vida adulta, e quando saí da minha cidade para estudar, foram esses valores que fizeram todo o sentido. Por ter se dedicado para que eu desse continuidade aos meus estudos mesmo que esse fosse um grande esforço. Por ter me dado forças mesmo do céu para que eu seguisse em frente. Com toda a certeza sentiria muito orgulho em ver como sigo minha vida. (Vanessa Aparecida Diniz)

A Fabiele Magdaline Chaves Lovato, que sempre esteve ao meu lado se importando comigo, amenizando as minhas angústias. Que no decorrer de todos esses anos em que caminhamos juntas compartilhamos sonhos e desejos de conhecimento. Não tomamos o sonho de pesquisa uma da outra, mas decidimos juntas o que gostaríamos de estudar para a conclusão do curso. Amiga, você fez meus momentos mais felizes. (Vanessa Aparecida Diniz)

A minha amada família que me ensinou a nunca desistir dos meus sonhos e ir em busca dos objetivos que tenho para minha vida. (Fabiele Magdaline Chaves Lovato)

A meu esposo que sempre esteve ao meu lado me apoiando e me ajudando para que fosse possível chegar até aqui. (Fabiele Magdaline Chaves Lovato)

A minha filha Natália Lovato que me ajudou muito, mesmo que de uma maneira indireta a batalhar e lutar para a conclusão do curso, pois ela é o maior motivo para seguir com fé em busca do alcance dos meus sonhos. A você dedico todo meu amor minha filha. (Fabiele Magdaline Chaves Lovato)

A Vanessa Aparecida Diniz, que sempre me apoiou e me ajudou para que conseguisse chegar até aqui, uma amiga que se fez presente em todos os momentos de minha vida, uma pessoa batalhadora que tenho muito orgulho de ser amiga. Desejo que nossa amizade dure por muitos e muitos anos e que conquistemos muitos diplomas juntas, alcançando todos nossos sonhos. Você é como uma irmã para mim. (Fabiele Magdaline Chaves Lovato)

A Naiara Lopes uma grande amiga, colega de curso e de vida, um exemplo de pessoa que sempre nos transmite segurança, nos apoia em tudo o que está ao seu alcance e que mora em nosso coração.

A nossa colega e amiga Criciele Ferreira, uma pessoa muito querida e dedicada que conhecemos durante o curso, pela qual temos muito carinho e que agora faz parte de nossas vidas.

A nossa orientadora, que sempre esteve ao nosso lado, nos motivou e acreditou em nossa capacidade, nos orientando de forma com que fosse possível a efetivação de um bom trabalho.

Enfim, agradecemos a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, que estiveram ao nosso lado durante este percurso.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Sexo dos participantes	41
GRÁFICO 2 – Idade dos participantes	41
GRÁFICO 3 – Formação dos participantes	42
GRÁFICO 4 – Faixa salarial dos participantes	42
GRÁFICO 5 – Carga horária semanal dos participantes	43
GRÁFICO 6 – Tempo como educador social	44

LISTA DE SIGLAS

CCJC	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDUSO	Encontro de Educação Social Pedagogia Social
FASPG	Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa
MEC	Ministério da Educação
NUPEPES	Núcleo de Estudo e Pesquisa e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social, Educação Social
ONGs	Organizações Não Governamentais
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PLS	Projeto de Lei de iniciativa do Senado
PMPG	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos trabalhadores
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso surgiu a partir da participação das autoras num projeto extensionista na Educação Social. Teve como objetivos analisar os desafios cotidianos encontrados pelos educadores sociais, e compreender seu papel, atribuições e perspectivas de vida profissional. A pesquisa teve cunho qualitativo e quantitativo. Realizou-se uma breve incursão pela história e conceituação da Educação Social/Pedagogia Social, destacando o educador social como principal mediador das práticas socioeducativas, para o que se fez necessário pesquisar em relação à luta pelo reconhecimento e valorização legal na área de atuação e sobre os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos como campo representativo de atuação desses profissionais. Foi realizada pesquisa de campo com aplicação de questionários a educadores sociais e a partir disso identificaram-se resultados que mostram: a) Que as atribuições dos educadores sociais são: desenvolvimento de atividades coletivas e/ou individuais, sendo que o trabalho com o coletivo ocorre com grupos de crianças, adolescentes e idosos; b) Que os educadores encontram cotidianamente desafios à falta de apoio da equipe falta de recursos para desenvolver atividades com os educandos, necessitam também de amparo teórico, pois não possuem uma formação específica para atuar como educador social; c) Destaca-se que um dos maiores desafios está ligado diretamente com os educandos relacionado à permanência dos mesmos nas instituições; d) Os educadores percebem seu papel na efetivação da função social de seu trabalho, como, importante e fundamental para sociedade, enquanto humanizador, formador e transformador; e) Tornou-se evidente que os educadores possuem como perspectiva de vida profissional o reconhecimento e valorização profissional; f) As principais expectativas dos educadores são: melhores salários, redução da carga horária semanal de trabalho, formação continuada e específica. Conclui-se que os desafios que os educadores encontram em sua prática afetam diretamente o desenvolvimento das práticas socioeducativas, sendo necessária a superação dos mesmos, bem como a necessidade de uma formação específica e reconhecimento profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia Social, Educação Social, Educador Social, Desafios.

ABSTRACT

The present work of course conclusion came from the participation of the authors in an extension project in Social Education. Its objectives were to analyze the daily challenges encountered by social educators, and to understand their role, attributions and perspectives of professional life. The research had a qualitative and quantitative nature. It makes a brief foray into the history and conceptualization of Social Education / Social Pedagogy, highlighting the social educator as the main mediator of socio-educational practices, for which it was necessary to research in relation to the struggle for recognition and legal appreciation in the area of performance and about the Services. Coexistence and Strengthening of Bonds as a representative field of action of these professionals. Field research was conducted with questionnaires applied to social educators and from this we identified results that show: a) That the attributions of social educators are: development of collective and / or individual activities, and the work with the collective occurs with groups. of children, adolescents and the elderly; b) That educators face daily challenges to the lack of team support, lack of resources to develop activities with the students, also need theoretical support, as they do not have a specific training to act as a social educator; c) It is noteworthy that one of the biggest challenges is directly linked with the students related to their permanence in the institutions; d) Educators perceive their role in the fulfillment of the social function of their work as important and fundamental to society, as a humanizer, trainer and transformer; e) It has become evident that educators have as their professional life perspective professional recognition and appreciation; f) The main expectations of educators are: better salaries, reduced weekly workload, continuing and specific training. It is concluded that the challenges that educators encounter in their practice directly affect the development of socio-educational practices, being necessary to overcome them, as well as the need for specific training and professional recognition.

KEYWORDS: Social Pedagogy, Social Education, Social Educator, Challenges.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO SOCIAL E PEDAGOGIA SOCIAL:	
ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS	15
1.1 BREVE HISTÓRIA DA PEDAGOGIA SOCIAL/EDUCAÇÃO SOCIAL.....	15
1.2 EDUCAÇÃO SOCIAL.....	18
1.3 PEDAGOGIA SOCIAL.....	21
CAPÍTULO 2 – OS EDUCADORES SOCIAIS	
EM BUSCA DO RECONHECIMENTO PROFISSIONAL	23
2.1 EDUCADOR SOCIAL: MEDIADOR DA PEDAGOGIA SOCIAL.....	23
2.2 OS PROJETOS DE LEI PARA RECONHECIMENTO DA CATEGORIA PROFISSIONAL DE EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL.....	25
2.3 O TRABALHO DO EDUCADOR NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS COMO REPRESENTATIVO DE DIFERENTES ESPAÇOS DE ATUAÇÃO.....	32
CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTAIS	38
3.1 METODOLOGIA.....	38
3.2 DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES.....	39
3.3 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE COLETA DE DADOS.....	39
3.4 ANÁLISE GERAL DO INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	40
3.5 PERFIL DOS EDUCADORES SOCIAIS PARTICIPANTES.....	40
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS	45
4.1 ATRIBUIÇÕES COTIDIANAS EXERCIDAS PELO EDUCADOR SOCIAL.....	45
4.2 DESAFIOS PROFISSIONAIS COTIDIANOS DO EDUCADOR SOCIAL....	47
4.3 PAPEL NA EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DO TRABALHO.....	49
4.4 PERSPECTIVAS DE VIDA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO.....	50
4.5 PRINCIPAIS DESEJOS/ EXPECTATIVAS PARA A VIDA PROFISSIONAL.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	59

APÊNDICE A – TERMO DE CONSCIENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	62
APÊNDICE B – QUATIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS.....	64

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios profissionais cotidianos de educadores sociais que atuam em instituições que oferecem ações socioeducativas, seu papel, atribuições e perspectiva de vida profissional. Sendo destacam-se características do SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O educador social tem uma importante função frente às práticas sociais de formação de indivíduos mais humanizados, pois é um mediador importantíssimo entre o educando e as relações na sociedade. Nesse sentido, Paiva (2015, p. 81) ressalta que: “o sujeito de educação social de forma geral é todo aquele que demanda processos humanizados e educativos fora ou até mesmo dentro da escola, porém, livre das amarras das grades curriculares ou do currículo duro promovido pela docência”.

Busca-se neste trabalho abrir caminhos para a compreensão, reconhecimento e valorização do profissional da Educação Social, a partir das áreas de Educação Social e Pedagogia Social.

O interesse pelo tema surgiu da participação das autoras, em 2017, num projeto extensionista de Educação Social, realizado numa instituição caracterizada como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O projeto, intitulado como “UEPG na Guarda Mirim: Práticas de Educação Social”, foi desenvolvido por docentes do NUPEPES–Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social na UEPG.

Durante o desenvolvimento no projeto extensionista, com a participação em ateliês semanais para grupos de crianças e/ou adolescentes vulneráveis, cada grupo sob a responsabilidade de um educador social, percebeu-se durante as interações semanais e, a medida em que consolidavam-se os vínculos com o grupo e seu educador social, que este encontra muitos desafios ao exercer sua prática cotidiana.

A partir dessas observações surgiu o interesse de investigar sobre esses sujeitos que levam a efeito a Educação Social, dando-lhes protagonismo por meio da oportunidade de “dizer” sobre seu cotidiano, suas expectativas e sua realidade

profissional, para, assim, por meio deste trabalho, traçar um perfil desses profissionais e identificar os desafios oriundos de suas práticas profissionais.

Para tanto, julga-se imprescindível compreender a importância dos vínculos na relação entre o educador e o educando e os desafios vivenciados nos Serviços de Convivência e levar em consideração que o ser humano é um ser incompleto, em constante desenvolvimento, e está situado em um mundo de desigualdades entre as classes sociais.

Assim, entende-se que os educadores sociais precisam estar bem preparados para compreender os educandos acolhidos nos serviços de convivência, em suas condições de vida, vivências familiares, problemas socioeconômicos, e poderem intervir em seus processos de aprendizagem e de desenvolvimento, considerando todas as dimensões humanas (cognitiva, afetiva, motora, social, moral, ética, estética), e exercendo o papel fundamental para emancipá-los como pessoas e na sociedade em que vivem.

Do mesmo modo, os educadores sociais, como profissionais da Educação, necessitam ter salários condizentes com suas responsabilidades profissionais como também receber apoio pedagógico e dos serviços sociais das instituições e condições materiais e de infraestrutura que lhes permitam efetivar trabalhos que motivem, contribuam para o sucesso da vida escolar e venham ao encontro das necessidades de desenvolvimento das crianças e/ou adolescentes assistidos.

O educador social exerce projetos ligados diretamente com os sujeitos e as comunidades, devendo desenvolver oportunidades socioeducativas destinadas a diferentes públicos. Desta forma é inquestionável a necessidade de uma formação específica.

No Brasil, a profissão de educador social caminha em busca de reconhecimento legal o qual representa um grande avanço para a área da Pedagogia Social e Educação Social. No entanto, faz-se necessário realizar pesquisas voltadas para o desenvolvimento dessa nova profissão, defendendo a necessidade de uma formação específica que leve ao desenvolvimento da cidadania em ambientes e espaços dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Sabe-se que muitos dos educandos vivem em uma realidade que não lhes oferece experiências positivas, seja na vida familiar, escolar e social. Assim, o

educador social apresenta dificuldades cotidianas nos ambientes em que trabalha, considerando que deve exercer mediações de diferentes naturezas com os sujeitos em situação de risco e vulnerabilidade social, que precisam de muita atenção e equilíbrio emocional, pois lidar educativamente com a vulnerabilidade alheia, mediando relações positivas, voltadas para a aprendizagem e desenvolvimento destes sujeitos, requer um olhar sensível deste profissional, forjado pelos conhecimentos de diferentes áreas do saber (como a Sociologia, a Psicologia, as Metodologias, as Políticas Públicas, entre outras).

Com base no exposto, pretende-se neste trabalho de conclusão do curso alcançar os seguintes objetivos:

- Analisar os desafios profissionais cotidianos de educadores sociais que atuam em instituições sociais com características de SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- Compreender papéis e atribuições do Educador social;
- Verificar a perspectiva de vida profissional que os educadores sociais apresentam.

O trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro abordam-se os conceitos de Pedagogia Social e Educação Social e uma breve abordagem sobre seus aspectos históricos. No segundo são analisados projetos de lei que visam regulamentar a profissão do educador social, bem como compreender o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos enquanto campo de atuação dos educadores sociais.

O terceiro capítulo traz a metodologia desta pesquisa que é de cunho quanti/qualitativo. Para obtenção dos resultados realizamos pesquisa a partir de levantamento de questionários com educadores sociais, podendo assim realizar uma reflexão a partir da análise dos dados. No quarto capítulo trazemos os resultados da pesquisa subdivididos em tópicos que correspondem às questões analisadas no questionário. Nas considerações finais destacam-se a porcentagem dos resultados em que fazemos uma breve descrição dos mesmos.

CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO SOCIAL E PEDAGOGIA SOCIAL: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

Esse capítulo aborda brevemente a história da Educação Social e da Pedagogia Social em diferentes contextos, para compreender melhor como, onde surgiu e quais os primeiros estudiosos sobre Pedagogia Social/Educação Social. Em seguida desenvolve-se o conceito de Educação Social, seus objetivos e espaços. Por fim, será abordado o conceito de Pedagogia Social como nova área de conhecimento no contexto brasileiro e seu reconhecimento na fundamentação da prática socioeducativa.

1.1 BREVE HISTÓRIA DA PEDAGOGIA SOCIAL/EDUCAÇÃO SOCIAL

A Pedagogia Social e a Educação Social já estiveram presentes nas preocupações de filósofos e sociólogos há muito tempo, pois

A Pedagogia Social consta de maneira incipiente nas questões sociais assumidas por filósofos e educadores, de Platão a Pestalozzi, ou seja, desde o mundo clássico até a metade do século XIX. Ainda que a perspectiva assumida tenha sido humanitária, filosófica ou política, esses pensadores podem ser considerados precursores da Pedagogia Social. (MACHADO, 2008, p.2)

A origem da Educação Social e Pedagogia Social apresenta seus primeiros registros com a história do educador social Johann Heinrich Pestalozzi. A sua atuação como educador social aconteceu em um contexto pós-guerra, com a necessidade de oferecer abrigo a mais de 400 crianças órfãs.

Um dos precursores da Pedagogia Social, o qual pode ser definido como Educador Social, que possibilitou os primeiros registros de acolhimento se tratando de crianças em áreas de risco foi Johann Heinrich Pestalozzi, que traz em sua vida e obra uma perspectiva educativa fincada no social. Nascido em Zurich, em 1746, preocupava-se com a educação das classes populares, tendo em vista sua trajetória de vida, perdeu seu pai quando pequeno, deixando, além dele, a esposa e mais dois filhos em uma situação não muito favorável. (AZAMBUJA; CECÍLIO, p.17).

A Revolução Industrial também foi um dos motivos para que houvesse uma nova configuração socioeducativa, pois gerou vários problemas,

principalmente para a classe trabalhadora, que teve de se habituar às exigências de um novo sistema de trabalho, o industrial, o qual gerou uma superpopulação pelo crescimento das cidades.

A Alemanha foi um dos primeiros países a iniciar uma discussão sobre o tema, sendo “[...] considerada o berço da Educação Social e da Pedagogia Social, tanto no sentido de elaboração das terminologias e sua fundamentação, como também na organização e reconhecimento social” (RIBAS MACHADO, 2013, p.19).

O desenvolvimento da Pedagogia Social na Alemanha deu-se, especialmente, no contexto de pós-guerra, de luta do povo por liberdade e pelos seus direitos.

No pós-guerra, tanto a infância, a juventude e mesmo os adultos alemães passaram por grandes necessidades materiais. Além da fome, de não ter onde morar, do desemprego, a geração que crescia se deparava com uma nova realidade: as mudanças na estrutura familiar. Muitos não tinham mais os pais, as mães passaram a ter que trabalhar fora do lar, aconteceram muitas separações matrimoniais, enfim, a família já não era a mesma. Além desses problemas, também havia os próprios do pós-guerra, como o surgimento do mercado negro, o tráfico de bens de consumo. (RIBAS MACHADO, 2013, p. 23).

Na Espanha, a Pedagogia Social surge com a necessidade de atender crianças e adolescentes que estavam em situação de risco. Ribas Machado (2013, p.32) traz o pesquisador José Maria Quintana Cabanas como um dos primeiros a pesquisar Pedagogia Social na Espanha, abordando motivos pelo interesse na Pedagogia Social:

O interesse pela Pedagogia Social na Espanha começou no início do século XX, evidenciando-se tal interesse por meio da tradução da obra básica de Paul Natorp do alemão para o espanhol. Segundo López (2009, p. 97), foi María de Maeztu (1882 – 1948) quem a traduziu e publicou em 1915. Cabanas relata que nesse período a pedagogia espanhola era bem próxima da pedagogia alemã.

Nota-se que a Pedagogia Social é complexa e traz conceitos diversificados em vários contextos. Além da Alemanha, Espanha e Brasil, a Pedagogia Social aparece em países como Uruguai, Itália, Portugal e França.

É interessante salientar que a Pedagogia Social e Educação Social aparecem em diferentes contextos por motivos relacionados à vulnerabilidade social, marginalização, vulnerabilidade social, busca por direitos, entre outros.

No Brasil, a Educação Social e a Pedagogia Social ainda aparecem de uma maneira inicial e pouco reconhecida em nosso contexto. Segundo De Paula (2015, p. 32):

Desde a década de 30 existe a discussão sobre a Pedagogia Social no Brasil, a qual tinha seu objetivo em tornar a educação popular por meio de uma pedagogia mais social. Por volta de 1920 até 1940 houve um forte movimento de luta para uma educação pública, que até então era privilégio das elites.

Foi a partir da ideia de Educação Popular que a Pedagogia Social ganhou destaque no contexto brasileiro, pois a Educação Popular visa uma educação para o povo, a partir de práticas educativas não exclusivamente escolares.

Pode-se dizer que Paulo Freire foi um precursor da nossa Educação Social que surgiu por volta de 1960, também considerado o pai da Educação Popular e um grande estudioso que adotou práticas socioeducativas, preocupando-se com uma educação para o povo que vai além do espaço escolar.

Segundo Moraes (2006, p. 2) é:

Considerado entre os estudiosos da Educação Popular um sistematizador das práticas sócio-educativas, Freire é uma das referências sempre presente na Pedagogia Social apesar de nunca ter usado este termo em seus escritos.

Paulo Freire acreditava em uma educação para a sociedade, focando sujeitos que não tinham a mesma oportunidade que outros cidadãos, sua prática educativa era voltada para jovens e adultos que não sabiam ler nem escrever.

Desta forma, o Brasil adotou novas práticas educativas, sofrendo mudanças não apenas na sociedade como também na educação, assim como destaca Ribas Machado (2010, p. 97) que “no final do século XIX e início do século XX, o Brasil passava por mudanças significativas em aspectos econômicos e políticos que influenciaram diretamente transformações sociais e educacionais”.

Contudo, a Pedagogia Social ressurgiu no contexto brasileiro com mais força e com uma nova perspectiva educacional, assim como destaca Ribas Machado (2010, p.95)

[...] a terminologia Pedagogia Social que, pelos estudos realizados, não voltava à cena educacional desde o início do século, ressurgiu na realidade educacional brasileira a partir do ano de 2005, mas também com uma nova perspectiva: vinculada ao atendimento de uma demanda que busca a profissionalização de diversos educadores que atuam em

diferentes espaços educativos, mas que não possuem uma formação específica.

Hoje, a Educação Social/Pedagogia Social ainda que pouco reconhecida é tratada por vários estudiosos brasileiros contemporâneos como Érico Ribas Machado, considerado um historiador da Pedagogia Social por seus vários estudos acerca do tema. Também, Jacyara Silva de Paiva que escreveu o livro “Caminhos do Educador Social” desenvolveu um trabalho como Educadora Social de Rua em comunidades. Esse tema é discutido também em eventos como os EDUSOs-Encontros de Educação Social e Pedagogia Social, que promovem reflexões nessa área. Esses eventos ocorrem em todo o Brasil levando discussões sobre Pedagogia Social e a Educação Social.

A Educação Social e a Pedagogia Social estão ligadas, pois ambas têm como objetivo o aprimoramento das ações socioeducativas. Assim, nos próximos tópicos abordam-se alguns conceitos sobre a Educação Social.

1.2 EDUCAÇÃO SOCIAL

A educação possui uma diversidade de concepções e práticas e a Educação Social está situada no mesmo campo de significação pedagógica. Todavia, a Educação Social trabalha de uma forma diferenciada em relação ao que é trabalhado na Educação Escolar.

Desta maneira, na Educação Social são desenvolvidas práticas socioeducativas, principalmente daqueles que estão em estado de vulnerabilidade social, trabalhando de uma forma transdisciplinar os valores, a cidadania (direitos e deveres), o respeito, enfim, visando sempre mostrar ao indivíduo o sujeito histórico, social e de direitos que é.

A Educação Social é marcada pela diversidade, que segundo Gadotti (2012, p. 11) “[...] tem em comum o compromisso ético-político com a transformação da sociedade, desde uma posição crítica, popular, política, social e comunitária” em que essas concepções estão unidas pelas causas sociais.

A Educação Social é menos hierárquica e menos burocrática. Trata-se de uma educação para comunidade, com o objetivo de contribuir para a vida do

educando como sujeito social e de direitos ensinando a respeito da cidadania, ética e também contribuindo para que tenha um olhar crítico perante a sociedade.

A Educação Escolar é sistematizada, tendo como característica a ação pedagógica, a construção no indivíduo de novos conhecimentos para sua inserção na sociedade, tendo a figura do professor como o profissional que leva/conduz ao conhecimento e do aluno que recebe/aprende, visando sempre um processo de ensino e aprendizagem, baseado em níveis, séries ou ciclos que são avaliados, tendo em vista a progressão do aluno na escolaridade.

A Educação Social acontece em ambientes e instituições que não atuam como espaços escolares de conteúdos currículos. A Educação não-escolar possui diferentes formas de trabalho visando uma educação para a vida e para a transformação da sociedade. Assim como explicita Ribas Machado (2010, p.43):

Na Educação Social seriam sistematizadas as práticas educativas que acontecem em diferentes espaços e ambientes e que não seguem a didática escolar, no sentido de apenas transmitir conteúdos. Desse ponto de vista, a concepção de construção de conhecimento, a transformação da realidade e a emancipação por meio da conscientização crítica dos fatos do cotidiano, bem como a Educação Social podem ser considerados meios pelos quais as práticas educativas alcançam tais objetivos. Isso não significa dizer que a educação que acontece na escola não possa ter a mesma finalidade.

Assim, a Educação Social está presente em diversos espaços da sociedade, podendo ser encontrada em ONGs, Instituições Abrigos, Presídios, Hospitais, Educação de Jovens e Adultos, Movimentos Sociais, Igreja, Projetos e Programas Sociais, Escolas, etc.

As diferentes práticas de Educação Social podem ser encontradas em vários espaços: diferentes ONGs (com diversos enfoques, várias origens de financiamentos, múltiplos interesses); instituições abrigos (espaços que as pessoas frequentam por determinados períodos e ou definitivos); presídios (existem muitos estudos sobre a educação em presídios, que é muito peculiar); hospitais (existem estudos avançados na área da Pedagogia Hospitalar); Educação de Jovens e Adultos (vários projetos e programas existentes de diferentes maneiras para efetivar essa meta); movimentos sociais (muitas práticas são educativas em movimentos, a própria participação já configura um tipo de formação); Igrejas (práticas educativas com intenções específicas); projetos sociais; programas sociais (existe uma gama de ações, denominadas de sociais, que atuam em perspectiva educativa, em meios como a rua, além de outros); escolas (na própria escola são reconhecidos espaços de práticas de Educação Social, como por exemplo, projetos de contra-torno, etc.). Esses são apenas alguns dos espaços. Contudo, essa lista pode ser

mais extensa. A diversidade de práticas educativas exige pessoas que se tornem responsáveis por elas. (RIBAS MACHADO, 2010, p. 44)

A Educação Social visa, a partir de esses espaços, promover práticas educativas e emancipadoras, com o intuito de transformar sujeitos, gerando um olhar crítico que busca a mudança na direção da justiça social e do exercício da cidadania. Com isso, “[...] a partir dessa realidade, tão complexa, surge a preocupação em sistematizar, fundamentar e profissionalizar a Educação Social e, conseqüentemente, aparece a Pedagogia Social, considerada a ciência da Educação Social”. (RIBAS MACHADO, 2013, p. 16).

Os autores Serrano, Llamas e García (2014) trazem o conceito sobre a Educação Social, como algo que configura o indivíduo, promovendo autonomia, para que ocorra integração e participação crítica em seu contexto social.

A partir desse conceito pode-se perceber a Educação Social como mediadora entre o sujeito e a transformação, tanto deste como da sociedade. A Educação Social busca no sujeito a sua participação, independentemente do seu contexto social, para que seja verdadeiro cidadão, que está integrado e tem uma posição crítica perante a sociedade.

Ribas Machado traz três conceitos acerca da Educação Social definidos por Cabanas (1997):

1. – educação social entendida como forma exclusiva da educação, direcionada à essência e à finalidade do trabalho educativo, entende que esse se reduz à perspectiva de socialização do indivíduo;
2. – educação social como um aspecto importante da educação geral, junto a outros aspectos, como a educação intelectual, física, moral e religiosa. Seu objetivo é a socialização do indivíduo e seu aprimoramento integral;
3. – educação social como forma pedagógica do trabalho social, atende pela educação aos problemas de marginalização ou de carências sociais em que se encontram muitos grupos ou indivíduos. CABANAS, 1997, *apud*, RIBAS MACHADO, 2010, p.41)

Todos conceitos trazidos integram-se e nos ajudam a entender o intuito da Educação Social como uma educação dos sujeitos para a sociedade, trazendo os objetivos que se desejam alcançar com os sujeitos para torná-los capazes de tomar decisões e serem cidadãos atuantes e integrados.

A partir dessa realidade tão complexa, surge a preocupação em sistematizar, fundamentar e profissionalizar a Educação Social e, conseqüentemente, aparece a importância da Pedagogia Social, considerada a

ciência da Educação Social. No tópico a seguir algumas definições sobre a Pedagogia Social são trazidas para a análise.

1.3 PEDAGOGIA SOCIAL

A Pedagogia Social é uma área de conhecimento nova no contexto brasileiro, mas está estreitamente ligada aos problemas sociais que perduram ao longo do tempo. Ao considerar a sua relevância educacional, salienta-se a perspectiva da Pedagogia Social compreendida como uma pedagogia emancipatória e libertadora que se volta para o estudo dos processos socioeducativos para intervir significativamente na vida dos sujeitos e nas coletividades.

A Pedagogia Social teve como inspiração vários estudiosos. Machado (2010) traz que:

a Pedagogia Social, em sua origem, teve como influência teórica as concepções sobre educação de Kant e Hegel, assimiladas por Paul Natorp. O autor explica que a Pedagogia Social de Natorp com inspiração kantiana, e a Pedagogia Social, com base na perspectiva hermenêutica de H. Nohl, foram influenciadas por uma série de correntes e autores como Platão, Hegel, Kant e Pestalozzi. (CARRERAS, 1997, p. 42, *apud*, MACHADO, 2010, p.50)

A Pedagogia Social como estudo científico da Educação Social, em um contexto tomado por dificuldade e problemas sociais, consolida-se como crítica à educação, originada especialmente na preocupação com sua dimensão social. Por isso,

[...] a pedagogia social, ocorre em contextos sociais diferenciados e está estreitamente vinculada à realidade de exclusão, desigualdades, marginalização, conflito social e abandono, uma vez que, procura oferecer respostas positivas a milhares de pessoas vítimas de processos de injustiça social, especialmente de violações de direitos. De uma forma ou de outra, ela rejeita algumas práticas da escola que buscam explicar a conduta dessa população pela ótica de um déficit de socialização primária e mesmo secundária, como se o processo de socialização ocorresse num único momento da vida e não ao longo da existência humana. (PASSOS, 2018, p.4)

É em um contexto de exclusão social que encontramos a Pedagogia Social, como ciência voltada para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos desamparados, que não têm chances de se integrar à sociedade. E a partir da

reflexão sobre as práticas educativas, a Pedagogia Social busca transformar esses sujeitos e mostrar-lhe um novo horizonte em relação à sua vida social. Então, podemos compreender que a Pedagogia Social pretende responder com a elaboração de referenciais, de reflexões e de ações para atuar diretamente com cidadãos que estão em condições vulneráveis, principalmente crianças e jovens.

Um dos problemas para a valorização da Pedagogia Social/ Educação Social reside nas concepções dos cursos de Pedagogia na atualidade e da própria Pedagogia/Educação que se têm mostrado como um obstáculo para o avanço de discussões na área. Exemplo disso são as Diretrizes Curriculares Nacionais (2006) que adotam um percurso curricular que privilegia a docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental, numa proposta que desconsidera a Pedagogia como área específica de conhecimento e desvaloriza a pedagogia/educação em outras formas/espços das relações sociais, limitando-se apenas a uma preparação técnica para o exercício do magistério. (RIBAS MACHADO; RODRIGUES E SEVERO, 2014)

Infelizmente no Brasil há ainda uma necessidade de produzir pesquisas acerca da Pedagogia Social/Educação Social, pois como campo científico e de práticas ainda há pouco reconhecimento especialmente na área da formação profissional específica para aqueles que estão atuando no cotidiano das instituições. No capítulo a seguir serão tratadas questões referentes ao reconhecimento profissional dos Educadores Sociais.

CAPÍTULO 2 - OS EDUCADORES SOCIAIS EM BUSCA DO RECONHECIMENTO PROFISSIONAL

Neste capítulo será discutida a questão da profissão do educador e seus espaços de atuação. Em seguida, serão tratados aspectos legais sobre a profissão de educador social, considerando-se projetos de lei recentes no Brasil., para possibilitar uma melhor compreensão sobre a luta pelo reconhecimento legal desta categoria profissional.

2.1 EDUCADOR SOCIAL: MEDIADOR DA PEDAGOGIA SOCIAL

O reconhecimento da profissão do educador social no Brasil ainda é um assunto novo, que caminha em busca da efetivação.

Em geral, podemos dizer que a prática do educador social em nosso contexto ocorre e é construída a partir das experiências vivenciadas nas instituições e ambientes não escolares como: ONGs, CRAS, instituições sociais, nos quais estes são chamados a trabalhar, mesmo sem ter uma formação específica para atuar na Educação Social.

Ao discutir sobre este assunto é interessante demarcar que o atual contexto brasileiro de políticas públicas nas áreas da educação, saúde e assistência social vive um momento de intensa fragilização dos seus projetos sociais, que atinge não apenas os educandos dessas instituições como também aqueles que nelas trabalham. Considera-se, ainda que o sujeito atuante no processo de educação social precisa estar disposto e ter preparo profissional que o habilite a enfrentar o cotidiano de trabalho com crianças e adolescentes, e com qualquer pessoa que apresenta vulnerabilidade social, tendo em vista alcançar objetivos ligados à emancipação e autonomia como sujeitos portadores de direitos na sociedade em que vivem.

A educação é um direito de todos os cidadãos, mas como se sabe, a aquisição de conhecimentos e valores necessários para educar um sujeito completo, crítico e consciente de suas ações são limitadas às condições sociais das famílias, sendo que muitas delas vivem em situação de risco econômico e social. Crianças, adolescentes e/ou até comunidades inteiras em nosso país estão

em situação de risco social e não apresentam perspectivas de vida digna, em atendimento aos direitos que possuem em relação à saúde, educação, moradia, etc. São indivíduos deixados à margem do Estado por não terem deste o reconhecimento e efetividade em relação aos seus direitos como cidadãos brasileiros, através de políticas públicas e educacionais que lhes garantam concretamente o mínimo necessário para suprir-lhes a qualidade de vida.

Podemos dizer, ainda, que os educandos estão em constante desenvolvimento e aprendizagem e o educador social atua como aquele que vai orientar esses processos em busca da sua conscientização.

Para os sujeitos que vão atuar profissionalmente nessa prática é importante ter conhecimento da realidade educacional e de vida dos educandos e essa deve ser a maior fonte de inspiração para reflexões dos projetos a serem desenvolvidos nos ambientes e espaços socioeducativos. Para o aprimoramento das atividades, é importante que façam com que os educandos desenvolvam atitudes, conhecimentos e socialização de experiências para levá-los à reflexão, análise e transformação das suas realidades.

Mas, os sujeitos atuantes nessa *práxis* ainda caminham em busca de uma identidade profissional no Brasil, são pessoas que lutam por um mundo melhor em que sejam reconhecidos os direitos de todos na sociedade brasileira, marcada pela desigualdade social, na qual as oportunidades econômicas, sociais e educacionais são para poucos.

E para realizar esse trabalho, tendo em vista o contexto local e/ou regional, é importante que se tenha uma ideia sobre quem são esses educadores sociais e quais são os desafios que encontram na sua luta diária por um mundo melhor. Gadotti (2012, p. 12) afirma que:

Eles são voluntários ou contratados por organizações não-governamentais, por empresas privadas ou pelo poder público, trabalhando por um meio ambiente sustentável, pelos direitos humanos, pela cidadania, no trânsito, na formação profissional, no empreendedorismo, no protagonismo infanto juvenil, no esporte, cultura, lazer, em atividades subsidiárias do ensino formal desde a educação infantil até o ensino superior, tratando da problemática das migrações, da marginalização, dos habitantes da rua, dos dependentes químicos, de apenados, do analfabetismo, chegando muitas vezes até onde o poder público não consegue chegar.

Com a compreensão de Gadotti sobre aqueles que atuam no nosso campo de interesse nesta pesquisa, percebe-se a importância que o educador social tem na sociedade através dos trabalhos a eles atribuídos para que haja a emancipação e desenvolvimento humano de todos os sujeitos.

Os educadores sociais brasileiros ainda não possuem uma formação específica, porém os que atualmente estão desempenhando ações desta natureza possuem as mais variadas formações e todos lutam para mediar situações por meio de uma educação vinculada com a sociedade.

Os projetos de lei que são apresentados a seguir representam caminhos em busca do reconhecimento profissional dos educadores sociais.

2.2 OS PROJETOS DE LEI PARA RECONHECIMENTO DA CATEGORIA PROFISSIONAL DE EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL

No Brasil, a questão da regulamentação profissional dos educadores sociais teve início em 2009, com o projeto de lei defendido pelo Deputado Chico Lopes (PCdoB). Tratou-se do Projeto de Lei 5346/2009 que criou a profissão, reconheceu seu caráter pedagógico e social, bem como afirmou a sua realização por meio de ações afirmativas, mediadoras e formativas. Também este projeto de Lei estabeleceu o campo de atuação entendida como campo que se situa fora do contexto escolar, estabelecendo o Ministério da Educação (MEC) como órgão responsável e o ensino médio como nível mínimo de escolaridade para os educadores sociais. Observe-se a seguir a íntegra do Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica criada a profissão de Educador e Educadora Social, nos termos desta Lei.

Parágrafo único: A profissão que trata o *caput* deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 2º - Ficam estabelecidos como campo de atuação dos educadores e educadoras sociais, os contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares e que envolvem:

I – As pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica;

II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais;

III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;

IV – A realização de atividades sócio educativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais;

V – A realização de programas e projetos educativos destinados a população carcerária;

VI - As pessoas portadoras de necessidades especiais;

VII - o enfrentamento à dependência de drogas;

VIII – as atividades sócio educativas para terceira idade;

IX - A promoção da educação ambiental;

X – A promoção da cidadania;

XI - a promoção da arte-educação;

XII – a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira;

XIII – os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos;

XIV – as entidades recreativas, de esporte e lazer.

Art. 3º - O Ministério da Educação – MEC fica sendo o órgão responsável pela elaboração e regulamentação da Política Nacional de Formação em Educação Social, dos profissionais que trata esta Lei, em diferentes níveis de escolarização e na manutenção de programas de educação continuada.

Parágrafo único - Fica estabelecido o Ensino Médio como o nível de escolarização mínima para o exercício desta profissão.

Art. 4º - Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – Adequar para a denominação “educador ou educadora social” os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata os artigos 2º e 3º desta Lei;

II – Criar e prover os cargos públicos de educadores e educadoras sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade;

III - elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão. Art. 5º - Ficam revogadas as disposições contrárias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2009, p. 1-2)

O reconhecimento da profissão de educador social conforme o Projeto de Lei nº 5346/2009 já significou um avanço importante para o contexto da Educação Social no Brasil. Contudo, a escolarização mínima exigida ficou muito reduzida e não garante a formação adequada e específica que este profissional necessita. Compreende-se que, no contexto de uma formação profissional adequada, são necessários ao educador social conhecimentos em diversas áreas como a Sociologia, a Psicologia, a Filosofia, a Política, a História, a Educação, entre outros campos de estudo como os que concernem às metodologias próprias para atuar no contexto da Educação Social e suas especificidades.

O processo de continuidade da luta pelo reconhecimento da profissão e da formação que lhe é necessária impõe compreender também que são muitas as atribuições que o educador social precisa desenvolver e para isso é necessário

que ele apresente um conhecimento mais aprofundado sobre a realidade em que vai atuar e sobre os sujeitos de sua ação específica, pois como descrito na Lei o campo de atuação ainda permanece desvinculado dos conhecimentos necessários à atuação profissional.

Em busca do seu reconhecimento e valorização, os educadores sociais conseguiram em 2015 mais uma conquista. O Senado Federal apresentou um projeto de Lei do Senador Telmário Mota (PDT) - PLS N° 328/2015, no qual consta o seguinte:

Art. 1º - Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei. Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 2º - Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais.

Art. 3º - Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – adequar para a denominação “educadora ou educador social” os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata os artigos 1º e 2º desta Lei;

II – Criar e prover os cargos públicos de educadoras e educadores sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade;

III - elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão.

Art. 4º - São atribuições da Educadora e do Educador Social, dentro ou fora dos âmbitos escolares, as atuações que envolvem: SF/15265.91269-41

I – a promoção dos direitos humanos e da cidadania;

II - a promoção da educação ambiental;

III – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica;

IV – os segmentos sociais excluídos socialmente, tais como mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições contrárias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2015, p. 1-2)

Esta proposta, dividida em seis artigos, trata das atribuições do cargo de educador social. A justificativa para o projeto se deu a partir de um evento que ocorreu em Maringá no período de 24 a 26 de maio de 2015. No evento foi sediado o II Congresso Internacional de Pesquisadores e Profissionais de Educação Social e XIII Semana da Criança Cidadã de Maringá 2015 – Tema:

Educação Social: valorização da infância, em que foram colocados assuntos referentes ao educador social.

O Senador Telmário Mota (PDT) descreve na justificativa do documento a situação do número de assassinatos que ocorre com os jovens colocando que: “Os depoimentos ouvidos até o momento afirmam que os jovens negros, pobres e de baixa escolarização são as vítimas preferenciais.” Afirmando a importância do educador social “[...] acreditamos que a educadora ou o educador social seja o profissional capaz de mudar este cenário.” (BRASIL, 2015).

Todavia, ainda se fez necessária a regulamentação do campo de atuação do educador social e uma organização dos projetos para o desenvolvimento de suas ações. Grande parte dos educadores sociais atuam em campos de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ONGs e em instituições não escolares.

Diante disso o educador social necessita de uma formação mais adequada que lhes permita aprofundar conhecimentos científicos e práticos para realizar diferentes projetos sociais voltados à transformação da sociedade. Segundo Ribas Machado (2009, p.384):

Para atender, com qualidade, as questões do cenário apresentado pressupõe a formação de educadores com domínios até então não incluídos nos cursos de formação. Ou seja, há necessidade de se ofertar novos conteúdos para os profissionais em serviço e de se incluir na formação inicial dos profissionais domínios sócio pedagógicos que abranjam a diversidade de solicitações. São milhares os educadores sociais que anseiam por qualificação, por um espaço teórico sólido e pelo reconhecimento de sua profissão.

Assim, mesmo havendo interesse, o educador necessita de uma formação específica com conteúdos relacionados à cidadania e aos mais variados fatores (sociológicos, psicológicos, políticos, metodológicos) que se fazem presentes no contexto em que atua.

A construção de uma identidade profissional para o educador social é, portanto, um assunto novo no contexto brasileiro e há muito que se pesquisar sobre Pedagogia Social e Educação como também sobre os atuantes nos processos de trabalho: os educadores sociais.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, no mês de abril de 2019, aconteceu a discussão sobre o Projeto de Lei que regulamenta e traz o

reconhecimento do educador social. Na assembleia da Câmara dos deputados o projeto de Lei PLS nº328/2015 foi aprovado, tendo em seu texto a regulamentação da profissão do educador social foi atualizado com as discussões que resultaram em emendas no Projeto de Lei do Senador Telmário Mota (PDT) pelo seu relator Senador Paulo Paim (PT). Assim, este foi um momento de grande relevância para o avanço da Educação Social no futuro da sociedade, pois o reconhecimento agora passou por um grande passo a caminho de sua legalidade, sendo muito importante para aqueles que buscam o reconhecimento e valorização profissional.

O Projeto de Lei nº 328/2015 foi aprovado por comissão e a sua decisão foi no dia 24 de maio de 2019 com 203 votos favoráveis. Ao discutir sobre as emendas para aprovação do projeto é imprescindível destacar que, em 2016, o Senador e relator Paulo Paim (PT), junto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), destacou a necessidade de acrescentar no texto a formação superior do educador e educadora social, conforme:

Art. 4º Os profissionais de que trata esta Lei serão formados em cursos de educação superior, em nível de graduação, admitida a escolaridade mínima de nível médio para aqueles que exercerem a profissão até o início de vigência desta Lei (BRASIL, 2016, p. 4).

Com este acréscimo na lei, a profissão teve a garantia de uma qualificação superior e efetiva uma das maiores necessidades do profissional atuante da área. Porém, o Brasil ainda não possui um curso específico em nível superior para a efetivação completa da lei. Isto ainda depende de muita discussão na área da educação superior para os profissionais que lutam agora para a concretização da Lei nº 328/2015.

O apontamento sobre a necessidade de uma educação em nível superior traz a importância de se colocar em prática a devida qualificação dos educadores que atuam a favor de uma sociedade mais justa e têm uma grande tarefa a ser cumprida para a igualdade social.

Não se deve ignorar que as pessoas que hoje atuam com escolarização em nível médio apresentam muitas dificuldades de executarem o seu trabalho e anseiam por melhor qualificação. Entende-se que a educação em nível superior pode suprir suas necessidades e levá-los a aprimorar o trabalho com os

educandos, que se torna um grande desafio quando se deparam com as suas realidades de vida.

O Projeto de Lei nº 328/2015 tem em seu artigo 1º, parágrafo único, que: “A profissão que trata o *caput* deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.” (BRASIL, 2015, p. 1). Essas ações têm como objetivos combater a discriminação e preconceitos em relação às pessoas excluídas de determinados grupos, desta forma, promovendo os direitos sociais de grupos discriminados pela exclusão socioeconômica e racial. Assim, o educador social como mediador precisa organizar formas de interação entre os educandos, momentos de conscientização sobre a igualdade e os direitos básicos do ser humano, como também formas de valorização étnica e racial.

O artigo 2º do Projeto de Lei apresenta os espaços onde o educador ou educadora social vai atuar, no qual consta o seguinte:

Art. 2º - Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais. (BRASIL, 20015, p. 1)

Como se vê, no que tange ao campo de atuação do profissional de Educação Social, o Projeto de Lei PLS nº 328/2015 abrange contextos situados dentro ou fora do âmbito escolar, considerando o envolvimento com diversas populações.

O artigo 3º vai determinar que a União, Distrito Federal e Municípios devem adequar a denominação de educador e educadora social, criando e provendo cargos públicos, elaborando planos de cargos e carreira, de acordo com o seguinte texto:

Art. 3º - Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
I – adequar para a denominação “educadora ou educador social” os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata os artigos 1º e 2º desta Lei;

II – Criar e prover os cargos públicos de educadoras e educadores sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade;
III - elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão. (BRASIL, 2015, p. 1)

No 4º artigo são colocadas as atribuições da Educadora e Educador Social, em que:

Art. 4º - São atribuições da Educadora e do Educador Social, dentro ou fora dos âmbitos escolares, as atuações que envolvem:
I – a promoção dos direitos humanos e da cidadania;
II - a promoção da educação ambiental;
III – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica;
IV – os segmentos sociais excluídos socialmente, tais como mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais; (BRASIL, 2015, p. 1-2)

Como se vê, são enfatizados no Art. 4º. a promoção dos direitos humanos, da educação ambiental, a atuação com pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade e com os segmentos sociais excluídos.

No dia 23/04/2019 foi publicado O Projeto de Lei com seu texto alterado o qual regulamenta a profissão de educador social pela tramitação do Plenário do Senado Federal. O texto final foi revisado pela Coordenação de Redação Legislativa, nos termos do Regulamento Administrativo do Senado Federal, sendo o seguinte:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei.

Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 2º - Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos e sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais.

Art. 3º São atribuições dos profissionais de que trata esta Lei ações de educação e mediação que envolvam os direitos e deveres humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, gênero, idade, etnia, cultura, nacionalidade dentre outras particularidades, por meio da promoção cultural, política e cívica.

Art. 4º Os profissionais de que trata esta Lei serão formados em cursos de educação superior, em nível de graduação, admitida a escolaridade

mínima de nível médio para aqueles que exercerem a profissão até o início de vigência desta Lei.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2015, p. 1-2).

Os educadores sociais no ano de 2019 deram um grande passo para a efetivação da profissão legal da Educação Social. Porém, a luta ainda continua e se faz necessária a organização de novas frentes de trabalho para que a lei se torne realidade no contexto brasileiro.

2.3 O TRABALHO DO EDUCADOR NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMO REPRESENTATIVO DE DIFERENTES ESPAÇOS DE ATUAÇÃO.

Como já foi destacado, o desenvolvimento de atividades mediadas pelo educador social acontece em diferentes espaços institucionais como os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Órgãos Não Governamentais sem fins lucrativos (ONGs), etc. Esses espaços apresentam em comum objetivos sociais de transformação da realidade e os educadores que neles atuam estão em busca de melhores condições de trabalho e aperfeiçoamento profissional.

Ao identificar os diferentes espaços de atuação, percebe-se que o trabalho dos educadores sociais se desenvolve a partir das perspectivas de desenvolvimento humano para aqueles que são de classes menos favorecidas e que estão em situações de vulnerabilidade social, sendo esses impedidos de ter uma vida digna.

Para compreender melhor estes espaços, focaliza-se, neste trabalho, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a fim de elucidar e descrever seus parâmetros de funcionamento, considerando a experiência no projeto extensionista que esteve na base das problematizações iniciais a respeito da atuação dos educadores sociais. Desta forma, realiza-se uma breve descrição destes serviços para entender como atuam os educadores em espaços que oferecem ações socioeducativas.

Para conceituar tais espaços buscaram-se informações nos referenciais que os definem, partindo da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que é

a lei que afirma “A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco” (PNAS, 2004, p. 32). Essa proteção social básica é ofertada pelos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) que oferta e organiza serviços e programas de direito a todos. Dentro desses serviços é que se encontram os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos reconhecido pela sigla (SCFV), que são definidos pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais como:

Trata-se de um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº01/2013. (BRASIL, 2009)

A Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais organizados dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que padroniza os serviços de proteção de acordo com níveis de complexidade de modo a vir a atender os propósitos de cada um deles. O SCFV caracteriza-se como um conjunto de serviços considerados de proteção básica, portanto, são definidos como de baixa complexidade. Note-se:

Art. 1º. Aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo:

I - Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAI)
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. (BRASIL, 2009, p. 3).

Desta forma, prevalece que os Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos estão entre os fatores de Proteção Social Básica garantindo reconhecimento para apropriações dos direitos socioassistenciais, pois o desenvolvimento de atividades em instituições de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos apresentam objetivos sociais de transformação da realidade com sujeitos que atuam nesses espaços em busca de melhores condições de trabalho e aperfeiçoamento profissional.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos vão atender crianças, adolescentes e adultos em situações de vulnerabilidade social. O

desenvolvimento do trabalho nesses espaços ocorre com sujeitos de diferentes realidades e características sociais que apresentam ameaças de violação dos seus direitos. Sua caracterização é de que:

O SCFV é uma intervenção social planejada, que se materializa por meio dos grupos, com vistas a estimular e orientar os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Assim, os encontros dos grupos do SCFV visam criar situações de convivência para a realização de diálogos e fazeres que constituem alternativas para o enfrentamento de vulnerabilidades e a construção de alternativas. (BRASIL, 2009)

O interesse das ações sociais é minimizar os efeitos das consequências causadas pela realidade dos indivíduos que frequentam as instituições de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, desenvolvendo e estimulando cientificamente a consciência de direitos e deveres cidadãos e incentivando a convivência com os sujeitos, familiares e com a comunidade, a partir das premissas de que:

[...] eliminar/ minimizar situações de privação material e discriminação negativa requer serviços continuados, capazes de desenvolver potencialidades e assegurar aquisições, além de fortalecer vínculos familiares e vínculos sociais mais amplos, necessários ao exercício de cidadania. Tais serviços são concretizados por uma rede de atores públicos (integrantes da rede socioassistencial) que materializam ofertas socioeducativas, lúdicas e socioculturais, que atendam as diferentes necessidades de convivência próprias a cada momento do ciclo de vida. (BRASIL, 2009)

Para que sejam realizadas as intervenções é importante que o mediador das ações socioeducativas esteja ciente da realidade compreendendo assim quais são os mecanismos de risco social que causam desproteção de famílias e cidadãos. Quando uma família se sente desprotegida ou ameaçada é necessário que haja formas de intervenção impedindo que ocorra qualquer forma de agressão.

Para tanto os indivíduos que mediam as situações de conflitos e agressões sociais nas instituições de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos precisam ter conhecimento e compreensão das realidades das famílias e sujeitos atendidos. É importante que os acolhidos sintam-se a vontade para participar das ações de mediação que podem ser individuais ou coletivas.

O SCFV deve ser desenvolvido a partir de ações preventivas e proativas com objetivo de estimular e incentivar os indivíduos despertando o sentimento de consciência de seus direitos na sociedade como também de construção das suas identidades, estimulando a socialização e fortalecendo vínculos comunitários e suas potencialidades enquanto cidadão.

Tal definição supõe que a gestão da política de assistência social precisa realizar ações que permitam ao usuário apropriar-se, ou pôr em prática, uma capacidade de realização pessoal e social; e também torne mais fortes suas relações no âmbito da família, da vizinhança e das associações coletivas de representação de seus interesses, o que o torna conhecido e (re)conhecido nos seus lugares de vivência, circulação e atuação pública.

As instituições que oferecem os SCFV são denominadas os Centros Referência de Assistência Social (CRAS) que apresentam um coordenador que vai orientar planejamentos das ações e estratégias para o desenvolvimento dos objetivos a serem alcançados prevenindo os riscos sociais compreendendo as especificidades que estão apresentadas no território do grupo ou indivíduo. Precisam estar referenciadas ao mesmo do território em que está habituado para que seja facilitada a comunicação com os atendidos.

As crianças e jovens têm direito a proteção básica e de convívio reconhecido por lei no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 2010, p. 10), conforme se vê:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Desta forma, a Política Nacional de Assistência Social assim destaca o perfil do público a quem se destina a Proteção Social Básica:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (PNAS, 2004, p. 33).

Sendo assim, a proteção social básica é um direito de todos por meio de ações preventivas e protetivas, visando o combate de todas as formas discriminatórias de violência e de risco ao convívio comunitário, utilizando formas de estímulo ao desenvolvimento de alternativas de emancipação e autonomia para o enfrentamento de vulnerabilidade social.

Segundo o caderno de Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), para crianças de 6 anos de idade, estabeleceu-se que o foco para que o desenvolvimento de atividades esteja voltado para fortalecer vínculos e prevenir ocorrências de situações de exclusão social e de risco a violência doméstica e trabalho infantil. Para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, foca-se mais o desenvolvimento de atividades que estimulem a participação e cidadania, protagonismo e autonomia. Como forma de interação é importante que o profissional mediador desse processo busque alternativas de intervenção lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, aprendizagem, sociabilidade e proteção social.

A descrição específica do serviço para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos está voltada para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, para contribuir com a convivência social, a participação cidadã garantindo reflexões para a formação de atitudes e valores dos jovens o retorno ou permanência dos alunos na escola. Para jovens de 18 a 29 anos, o objetivo é o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a proteção social, tendo em vista o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito desenvolvendo a sua convivência familiar e comunitária. Para adultos de 30 a 59 anos, também se visa o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com o desenvolvimento de ações para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade e solidariedade. Na descrição específica do serviço para idosos, o foco está voltado para o desenvolvimento de atividades que colaborem no processo de envelhecimento saudável, autonomia e sociabilidades, buscando também fortalecer os vínculos familiares e o convívio comunitário com vistas a prevenir as situações de risco social.

Em todas essas ações descritas pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) são necessários profissionais capazes para atuar com as mais diversas realidades atendidas. Assim, estes serviços contam com profissionais para desenvolver as atividades, denominados orientadores sociais ou

educadores sociais, cujas responsabilidades aparecem descritas nesta tipificação.

Observe-se:

Ele é responsável pela condução dos grupos do SCFV, pela definição dos percursos, pela construção de estratégias para a abordagem dos temas a serem tratados, pelas atividades a serem desenvolvidas, pela integração entre os usuários, pela mediação de conflitos, pela avaliação dos encontros, etc. (BRASIL, 2009, p. 58- 59)

Assim, o educador social é o responsável nos SCFV por criar e atuar em projetos e programas de atividades socioeducativas e de convivência em grupos ou individuais e socialização comunitária através de oficinas que podem ser individuais ou coletivas. O SUAS destaca que as atribuições do educador social são:

- Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos;
- Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e/ou, na comunidade;
- Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades;
- Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e/ou na comunidade;
- Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado;
- Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos para os quais foram encaminhados por meio de registros periódicos;
- Acompanhar e registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumentais específicos, como listas de frequência, atas, sistemas eletrônicos próprios, etc. (BRASIL, 2009, p. 55)

Portanto, o educador social deverá desempenhar funções muito importantes no seu cotidiano de trabalho, razão pela qual, neste trabalho, objetiva-se conhecer mais de perto os desafios postos em sua realidade, bem como as suas perspectivas de profissionalização.

CAPÍTULO 3 - ASPECTOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTAIS

O capítulo 3 visa trazer elementos sobre a metodologia, o processo de coleta de dados, análise e destacando aspectos da caracterização ou perfil dos sujeitos participantes, como a idade, o gênero, a faixa salarial, a carga horária semanal, a formação e o tempo de trabalho como educador social.

3.1 METODOLOGIA

O trabalho foi inicialmente desenvolvido a partir de estudos relacionados ao tema. A pesquisa de campo teve um cunho quanti/qualitativo, com o intuito de analisar os desafios que os educadores sociais enfrentam cotidianamente em instituições sociais.

A análise qualitativa trará alguns esclarecimentos em relação ao objetivo que se busca obter nesse trabalho, a qual será desenvolvida com intuito de maior aproximação ao contexto de atuação do educador social para assim compreender seus desafios, atribuições e seu reconhecimento profissional.

Os dados quantitativos permitem traçar uma análise numérica em relação aos elementos do contexto e do perfil dos educadores sociais, que possibilitam perceber relações entre variáveis como desafios, atribuições, perspectivas e desejos desse profissional.

O instrumento utilizado para coleta de dados nesta pesquisa foi o questionário destinado a educadores sociais caracterizadas como Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, buscando além de adquirir dados que serão essenciais para o alcance dos objetivos aqui pautados, analisar o contexto e as necessidades do sujeito de investigação.

Contudo, a pesquisa ultrapassa o mero recolhimento de dados, pois visa um entendimento mais profundo no sentido de uma interpretação dos desafios enfrentados pelo educador social, suas atribuições, perspectivas e desejos.

3.2 DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES

Para realizar pesquisas e discussões acerca da Pedagogia Social e Educação Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa foi criado um grupo de estudos denominado NUPEPES – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social, que possui como fundador o Professor Doutor Érico Ribas Machado. O grupo é composto de estudantes, professores pesquisadores, mestrandos, doutorandos e interessados de diversas áreas que pesquisam a Pedagogia Social e Educação Social. Os sujeitos desta pesquisa fazem parte de um projeto extensionista oferecido pelo NUPEPES, num curso para formação de educadores sociais, que atinge educadores que atuam no município e região, em parceria com a PMPG – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, por meio de convênio com FASPG.

A aplicação dos questionários deu-se durante a realização do curso. Os sujeitos participantes da pesquisa são educadores sociais em busca de formação para entender melhor o seu trabalho com educação social e realizá-lo com mais eficácia. Assim, os sujeitos que responderam ao instrumento de pesquisa, atuam em ambientes que desenvolvem ações socioeducativas não escolares de aprendizagem e acolhimento de indivíduos.

3.3 DESCRIÇÕES DO PROCESSO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi precedida por teste piloto dos questionários, que foram aplicados em um encontro do curso de pesquisadores do NUPEPES no dia 27 de abril de 2019. Participaram do teste piloto pessoas que atuam na área de Educação Social, que colocaram ao final do questionário observações com relação às perguntas e melhores formas de conseguir alcançar os objetivos propostos. Após isso, os questionários foram reanalisados em termos dos objetivos, questões e observações para ver se as respostas estavam condizentes com o que se pretende na pesquisa.

A partir dessa análise inicial foi elaborado o questionário definitivo com cinco questões, sendo quatro abertas e uma para assinalar e justificar. Também havia espaço para dados gerais sobre os participantes.

A aplicação dos questionários aos sujeitos participantes ocorreu no dia 31 de maio de 2019 durante o curso para formação de educadores sociais, nas

dependências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Auditório do Observatório Astronômico. Neste encontro estiveram presentes em torno de 60 a 70 pessoas que participam do curso.

Junto a cada questionário havia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em duas cópias, sendo que uma poderia ficar com o participante e outra com as autoras do trabalho. A aplicação do questionário foi feita no intervalo do curso, sendo que os participantes poderiam entregá-lo até o final da apresentação e ficavam livres para responder ou não. Alguns optaram por não responder entregando em branco ou nem pegando o questionário. Desse modo, obteve-se o total de 30 questionários respondidos, que configuram os dados que serão analisados a seguir.

3.4 ANÁLISE GERAL DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

O questionário possui cinco questões, sendo quatro questões abertas e uma questão fechada, visando-se que os participantes tivessem a oportunidade de expressar e colocar as suas respostas de acordo com suas experiências.

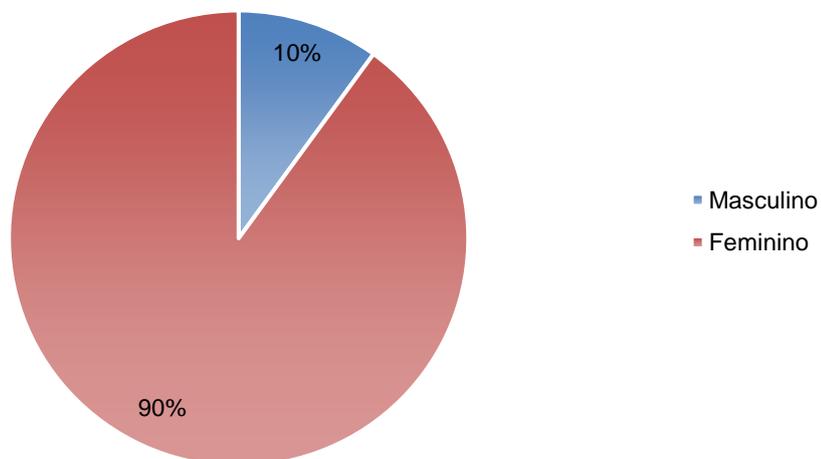
Foram trinta participantes que responderam os questionários, sendo estes numerados de 1 a 30. Após isso, as respostas foram lidas e transcritas por meio de palavras-chave representativas em tabelas provisórias, permitindo-se registrar a frequência das variáveis semelhantes e diferentes sobre o tema em questão.

Antes de descrever os resultados das questões dos questionários, apresentam-se alguns dados gerais, para que se tenha a ideia do perfil geral dos participantes.

3.5. PERFIL DOS EDUCADORES SOCIAIS PARTICIPANTES

Foram respondidos trinta questionários ao todo, sendo vinte e sete por mulheres e três respondidos por homens. O gráfico 1 se refere ao sexo dos participantes e torna perceptível que a maior parte dos educadores sociais que responderam o questionário são do sexo feminino. Observe-se:

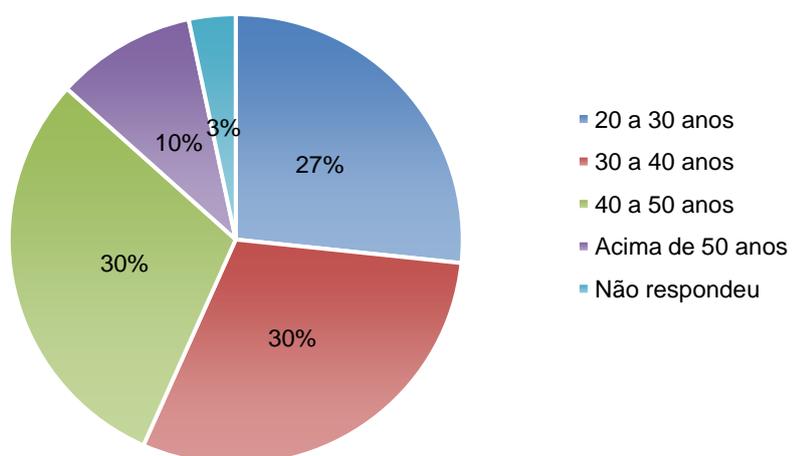
Gráfico 1 – Sexo dos participantes



Fonte: As autoras

O gráfico 2 se refere à idade dos participantes e mostra que a faixa etária dos profissionais se estendem a mais de 30 anos. Note-se:

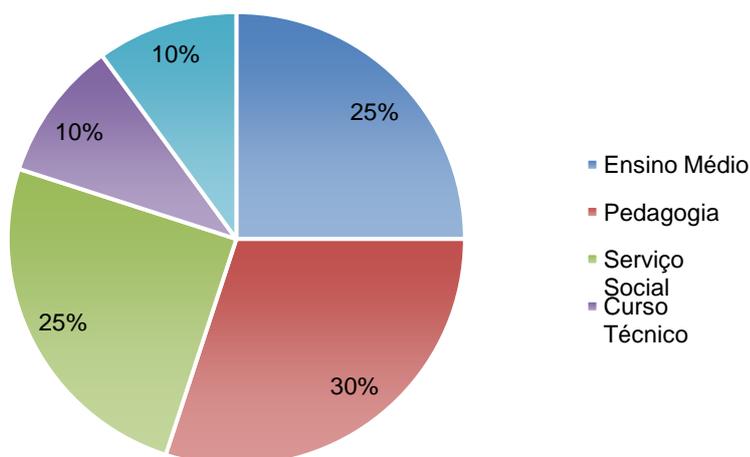
Gráfico 2 – Idade dos participantes



Fonte: As autoras

No que se refere à formação dos participantes tem-se: Ensino Médio, Pedagogia, Serviço Social, Curso Técnico. Alguns dos participantes responderam que possuem formação em outras áreas, como: Licenciaturas, Direito, Psicologia, Administração, Economia, Teologia, Gestão Ambiental e Bacharelado em História. Dois participantes não responderam. Observe-se o Gráfico 3.

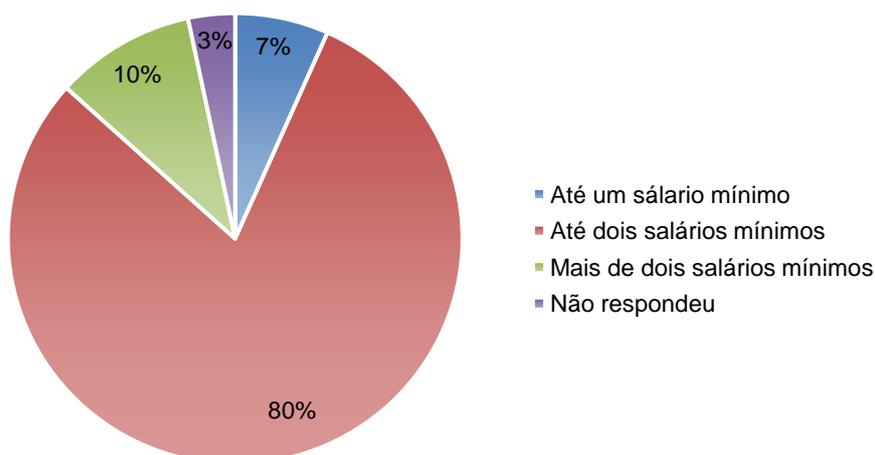
Gráfico 3 – Formação dos participantes



Fonte: As autoras

No que se refere à faixa salarial, 80% recebe entre um e dois salários mínimos; 7% recebe até um salário mínimo; 10% mais de dois salários mínimos e 3% não responderam. Sobre isso, veja-se o gráfico 4.

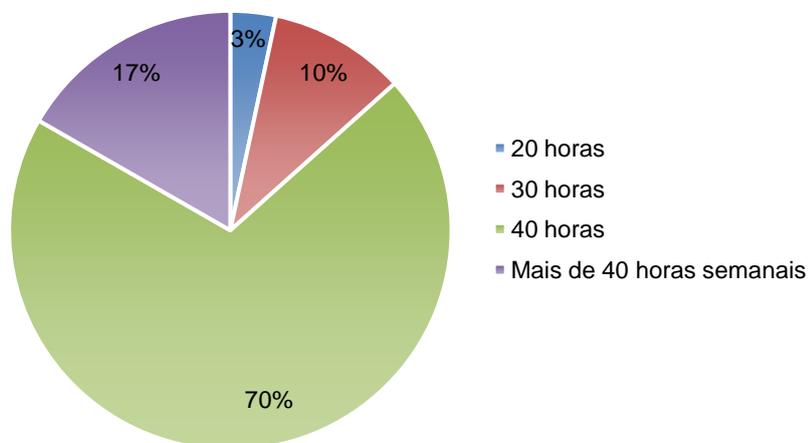
Gráfico 4 – Faixa salarial dos participantes



Fonte: As autoras

Sobre a carga horária de trabalho semanal é possível perceber que 70% trabalham 40 horas semanais, 17% mais de 40 horas semanais; 10% trabalham 30 horas semanais e 3% trabalha 20 horas semanais. O gráfico 5 retrata estes dados:

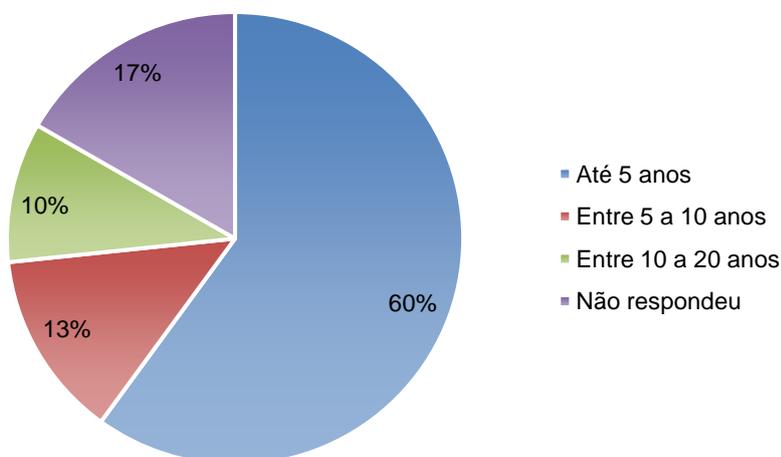
Gráfico 5 – Carga horária semanal



Fonte: As autoras

O gráfico 6 mostra o percentual do tempo de atuação dos participantes da pesquisa. Corresponde que grande parte dos que responderam ao questionário encontram-se até cinco anos atuando na área.

Gráfico 6 – Tempo de atuação com educador



Fonte: As autoras

Continuar por muito tempo atuando como educador social é muito difícil, pois o salário não corresponde a carga horária trabalhada. Outro fator que faz com que os educadores atuem por curto tempo de trabalho são as atribuições, em que acabam fazendo trabalhos que não correspondem ao seu principal objetivo, que é trabalhar com o educando. Esta falta de compreensão se dá pelo não reconhecimento do educador social como um profissional.

O trabalho como educador social não poderia haver essa rotatividade constante e curto prazo, pois os educandos que participam dos projetos precisam manter vínculos para que possam se abrir e criar confiança para um melhor desenvolvimento dos objetivos.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS

4.1 ATRIBUIÇÕES COTIDIANAS EXERCIDAS PELO EDUCADOR SOCIAL

O trabalho do educador social é essencial para o desenvolvimento das práticas socioeducativas dentro das instituições sociais, pois é o mediador entre a Pedagogia Social e a Educação Social. Sendo assim pode-se considerá-lo como o principal agente dentro dessas instituições.

Ao analisar os questionários percebe-se que muitos educadores desenvolvem atividades coletivas e/ou individuais. O trabalho com coletivos foi mencionado nos questionários em diversas categorias: grupos de crianças, grupos de adolescentes ou grupos de idosos.

Como grande parte dos educadores atuam dentro das instituições sociais com ações desenvolvidas juntamente com grupos, é importante compreender que o trabalho com coletivos, embora seja uma forma mais ampla de trabalho, pode incluir trabalhos individuais, pois é essencial que o educador nessas interações coloque em prática seu papel como mediador das atividades socioeducativas, possibilitando a cada sujeito a internalização de valores e conhecimentos necessários para quem se está praticando a ação.

Percebe-se nas respostas dos educadores que o trabalho com coletivos e o trabalho individual, direto com o educando, estão ligados, pois no momento que o educador exerce seu trabalho no grupo, consegue observar certas necessidades mais particulares de cada sujeito, em seu desenvolvimento próprio, seus processos de aprendizagem, seu contexto cultural, suas diferenças, sua afetividade, entre outros aspectos. Para tanto é importante que o educador social tenha um olhar atento para os educandos individualmente de modo a analisar e perceber quais são as suas especificidades.

Cada criança e/ou adolescente, adulto ou idoso possui particularidades e necessidades diferentes e o educador social tem o papel de assegurar seus direitos como cidadão realizando mediações a partir de atividades.

A partir dos questionários apareceram diversas respostas sobre as atribuições cotidianas exercidas como educador social:

- 28% dos participantes responderam que realizam trabalhos com coletivos. Por exemplo: *“Atuo com grupo de terceira idade e crianças de 0 a 7 anos de idade”* (S. 13). *“Atuo com grupo de idosos, já atuou com adolescentes e idosos.”* (S14).
- 23% dos participantes responderam que trabalham com orientação dos educandos, como por exemplo, *“acompanhamento, instrução e intervenção das relações sociais dos adolescentes”* (S. 7).
- 26% responderam que possuem como atribuição o acompanhamento familiar e individual. Exemplo disso é: *“Atendimento psicossocial, individual e em grupo para as famílias acompanhadas pela unidade do CRAS. Encaminhando caso necessário para atendimento clínico na rede de apoio Grupos de SCFV - mulheres”* (S.2).
- 10% trabalham com encaminhamentos para outras instituições de apoio, como por exemplo: *“o encaminhamento se daria a um atendimento clínico de apoio”* (S. 2).
- 13% atuam no desenvolvimento de atividades diretamente com os indivíduos. Exemplo disso é: *“Planejamento de atividades envolvendo trabalhos artesanais com foco no desenvolvimento individual dos usuários, visando o autoconhecimento e superação de suas habilidades”* (S. 27).

Como se vê, os educadores sociais possuem muitas atribuições, fundamentais ao desenvolvimento das práticas socioeducativas. Eles são os responsáveis por levar os educandos a construir um olhar diferenciado e motivador perante o mundo que os cerca, pois estes muitas vezes não possuem um projeto de futuro e o educador a partir de rodas de conversa, diálogos, orientações, dinâmicas, têm o papel de resgatar o interesse pelo próprio desenvolvimento e aprendizado.

As atribuições que os educadores exercem visam à emancipação, autonomia e conquista de uma vida melhor para seus educandos, tentando sempre compreender o contexto social em que cada qual está inserido, e de alguma forma ajudá-los a conhecer suas potencialidades e a superar seu estado de vulnerabilidade pessoal e social. Assim, podem ser um porto seguro para os coletivos e para os indivíduos.

Gadotti (2012, p.13) salienta a importância do educador social para estas pessoas, ao dizer que “[...] ele pode representar para elas a última esperança de

sobrevivência; pode ser a última referência positiva de ser humano que elas terão [...]”; sendo assim, o foco no autoconhecimento dos educandos é importante para que eles se situem como sujeitos importantes no mundo assim como ter clareza de seus direitos e deveres como cidadãos.

Com base nessa análise, percebe-se que o educador social realiza diversas atribuições, sendo prioridade o desenvolvimento de trabalhos com coletivos específicos e individualmente, ações essenciais para efetivação do processo de proteção dos sujeitos.

4.2 DESAFIOS PROFISSIONAIS COTIDIANOS DO EDUCADOR SOCIAL

O educador social como principal agente nas ações socioeducativas das instituições sociais encontra diariamente desafios ao desenvolver seu trabalho com os educandos e ao cumprir as atribuições que exerce como profissional dessa área.

Percebe-se que, a partir dos questionários aplicados, um dos maiores desafios enquanto educador é o trabalho diretamente com os educandos, pois muitos apresentam características conseqüentes de suas situações vulneráveis, gerando assim um desafio para o profissional.

Os desafios mencionados pelos educadores em relação às crianças e adolescentes são de: aceitação, adaptação, cumprir regras, indisciplina, resistência e permanência dos mesmos nas instituições. Também se deparam com desafios institucionais como a falta de recursos para desenvolver certas atividades. E alguns desses recursos que faltam são: materiais didáticos, transporte, espaços adequados, capacitação, entre outros. Entre os desafios também aparecem a falta de apoio da equipe em geral, sendo que muitos educadores sociais se sentem desvalorizados e não recebem o apoio motivacional e incentivador necessário para sua prática.

Os desafios apresentados pelos educadores estão presentes em seu cotidiano, tornando-se assim um decorrente do outro, ou seja, ao não ter uma formação adequada, não receber apoio da equipe e não ter recursos para desenvolver suas atribuições o profissional encontra dificuldades para o trabalho

com o educando tendo dificuldades para lidar com a sua particularidade e contexto em que se encontra.

Com base nos questionários, com relação aos desafios cotidianos dos educadores sociais apareceram as seguintes respostas:

- 39% dos participantes responderam que apresentam dificuldades com os educandos. Por exemplo *“Indisciplina, falta de interesse e participação nas atividades [...]”* (S. 22).
- 22% dos participantes destacam que possuem dificuldades em relação a falta de materiais, entre os quais citam *“Falta de recursos, como, materiais didáticos que auxiliam na elaboração das atividades”* (S. 11).
- 15% dos participantes colocam que não possuem capacitação profissional e base teórica para trabalhar e compreender as situações que se apresentam. Exemplo disso são as respostas: *“A falta de capacitação em lidar com casos difíceis que as crianças enfrentam, como, violência, problemas familiares”* (S. 20). Ex. *“[...] falta de base teórica”* (S. 14).
- 14% dos participantes escreveram que não são apoiados pela equipe institucional. Exemplo disso é a resposta: *“Valorização dos educadores é nula pela instituição [...]”* (S. 26).
- 10% dos participantes enfatizaram como desafio a falta de valorização e reconhecimento própria nesta área de atuação. Exemplo. *“[...] a falta de valorização da área de atuação, pois sabemos que não é um trabalho fácil, às vezes precisamos de incentivo”* (S. 19).

Portanto, a partir dos dados coletados compreende-se que os desafios dos educadores estão ligados diretamente com a permanência dos educandos nas instituições, a falta de recursos e apoio institucional. Dessa forma, esse profissional se encontra diante da urgência de formação profissional para trabalhar com as diferentes especificidades de cada sujeito e também nos coletivos. Por isso, é imprescindível que o educador social tenha conhecimento científico e metodológico para embasar teoricamente o seu trabalho e fundamentar as suas práticas.

4.3 PAPEL NA EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

A terceira questão do questionário traz a percepção do educador acerca da efetivação da função social do seu trabalho. Diante disso, houve respostas vagas, ou não responderam. Porém, vinte educadores que responderam percebem seu papel como garantia dos direitos dos educandos, consideram-no motivador, transformador, formador e necessário para a criação de vínculos. Esses papéis descritos pelos educadores são essenciais para uma boa prática social.

Foi perceptível que boa parte dos educadores que responderam entende que seu trabalho é importante ou fundamental para a sociedade, enquanto um trabalho humanizador, formador e transformador dos sujeitos. Consideram também como algo necessário para a criação de vínculos entre educador e educando, tornando possível uma boa relação de diálogo e escuta entre ambos. Sendo assim, com relação à percepção dos educadores sociais para a efetivação de seu papel na função social de seu trabalho, destacam-se as seguintes respostas:

- 35% dos participantes responderam como importante ou fundamental, como por exemplo: *“Importante, pois através da Educação Social a convivência entre os indivíduos se torna mais humana”* (S. 13).
- 28% dos participantes descreveram seu papel como necessário para criação de vínculos, como por exemplo: *“Levar autoestima ao grupo, tornando o dia mais feliz e criando confiança e vínculo”* (S.14).
- 17% dos participantes percebem seu papel como formador e transformador, como cita o participante: *“Eu vejo meu papel como um agente de escuta e transformação respeitando a história de cada pessoa e caminhando como ela no seu limite para que ela se descubra como ser humano”* (S. 24).
- 10% dos participantes percebem o seu trabalho como garantia dos direitos dos educandos. Exemplo disso é: *“Como educadora preciso me aprofundar mais em conhecimento para desenvolver atividades as quais levam a refletir mais sobre convivência, sobre os direitos ... como também o direito de quem está a sua volta”* (S. 25).
- 10% dos participantes não responderam.

Desta forma, nota-se que os educadores percebem sua prática como algo importante nas relações com educandos, pois a partir dela é possível que ocorra uma maior aproximação e criação de vínculos entres os sujeitos, levando assim a uma transformação.

Considera-se que os educadores sociais possuem clareza da função social de suas práticas, conhecem o seu papel e o que deve ser feito, suas práticas e seus saberes, compreendendo a experiência de educar como um ato de mediação (PAIVA, 2015, p. 118). Isso é primordial dentro da Pedagogia Social pois o sujeito mediador precisa saber como realizar seu trabalho de forma positiva e consciente com os educandos, bem como em relação às transformações que são necessárias na sociedade.

4.4 PERSPECTIVAS DE VIDA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO SOCIAL

Com todas as demandas do profissional que atua com a Educação Social se torna relevante conhecer quais seriam as suas perspectivas de vida profissional. Nas respostas dos questionários, configuraram-se as seguintes perspectivas:

- 37% dos participantes responderam que possuem como perspectiva a valorização, visibilidade e reconhecimento, como exemplo: *“Reconhecimento e valorização da Educação Social, sendo importante para o momento em que vivemos”*. (S. 9)
- 29% dos participantes responderam que sua perspectiva é ter uma formação específica, como destaca o seguinte participante: *“Alcançar uma formação específica na área de educação social”*. (S. 25)
- 14% dos participantes não possuem perspectiva. Trazemos o seguinte exemplo: *“Não sei se pretendo me manter como educadora social, pois não há reconhecimento de profissão e sim somos tratados como a minoria”*. (S. 26)
- 11% dos participantes possuem como perspectiva a transformação humana. Exemplo: *“Que todos tenham direito de educação de qualidade, para que possam se tornar pessoas melhores e se ressocializar”*. (S. 17)
- 9% dos participantes não souberam responder.

Como se nota, ao questioná-los sobre suas perspectivas de vida profissional, a maioria se concentrou na valorização do seu trabalho, na maior

visibilidade deste e no reconhecimento como profissional. Assim, o trabalho do educador social, que é permeado por muitos desafios, necessita de valorização e reconhecimento mais amplos no contexto das instituições em que desenvolvem o seu trabalho. Acredita-se que isto seria possível com uma melhor remuneração salarial e com a configuração de planos de carreira que contemplem essa valorização, além de maiores investimentos para a formação específica destes profissionais.

Muitos deles afirmaram a questão da formação específica para balizar a sua atuação. Sabemos, contudo, que o profissional que atua com a Educação Social não possui uma formação adequada para exercício do seu cargo. Praticamente inexistem cursos de graduação superior para a formação destes profissionais, bem como ainda são muito poucos cursos de formação no nível de extensão, ou oferecidos pelas próprias instituições a que estão ligados, assim como os processos de formação permanente e/ou contínua, no âmbito do trabalho, ainda inexistem. Considerando a necessidade de uma formação específica, muitos educadores retrataram esta problemática em suas vidas profissionais.

Com isso, dentre as maiores necessidades dos educadores sociais, a formação adequada, capaz de auxiliar e concretizar de forma mais eficaz o seu trabalho, encontra-se destacada de maneira significativa.

Chama a atenção o número expressivo de profissionais que afirmaram não possuir perspectiva para seu futuro profissional na Educação Social. É possível que os fatores anteriormente apresentados, como a desvalorização, o não reconhecimento do trabalho que desempenham, como também a ausência de formação específica, sejam fatores que se entrelaçam e contribuem para o desejo de não permanecer no trabalho atual como educadores sociais. Considera-se que isto é muito preocupante. O exercício na Educação Social deve atender também às necessidades de vida dos educadores, como justa correspondência aos inúmeros desafios cotidianos que enfrentam. Deve-se evitar a formação de um ciclo vicioso em que o não reconhecimento profissional leve ao desejo de buscar outras opções de trabalho, a fim de conquistar maior correspondência com aquilo que fazem. Este fato pode ser extremamente prejudicial aos objetivos da formação de vínculos, pois não há vínculo que se forme em situação de grande rotatividade dos educadores sociais nas instituições.

Tem-se ainda, a questão da visibilidade profissional, que também apareceu nas respostas dos questionários. É como se aqueles que apontaram esta questão nos mostrassem que se situam no âmbito de uma profissão ainda invisível na sociedade, requerendo a necessidade de serem considerados como profissionais diante do trabalho que executam. Sabe-se que o reconhecimento legal da profissão ainda é recente no Brasil e este fator pode explicar esta problemática. Alguns também apresentaram a perspectiva de transformação humana, ligada à função social da Educação Social, revelando mais uma vez que muitos são conhecedores do seu papel em relação à conquista dos direitos humanos.

4.5 PRINCIPAIS DESEJOS/ EXPECTATIVAS PARA A VIDA PROFISSIONAL

Os educadores sociais apresentam um olhar de esperança perante a Educação Social/Pedagogia Social e revelam seus desejos/expectativas em relação a sua vida profissional.

Para compreendê-los melhor organizou-se uma última questão complementar em que os participantes deveriam marcar a resposta que corresponde ao seu principal desejo/expectativa e justificá-lo. Destacam-se os seguintes percentuais de respostas:

-16% dos participantes destacam como desejos/expectativas melhores salários. Um exemplo disso é a seguinte justificativa: *“O aumento de salário viria como valorização da profissão”*. (S. 20)

-15% dos participantes marcaram como desejo a formação continuada, um exemplo de justificativa é: *“Formação tanto para conhecimento, como motivadora”*. (S. 25)

-13% dos participantes possuem como desejo a formação profissional específica na Educação Social. Destacamos como exemplo a seguinte resposta: *“A falta de formação torna o trabalho mais difícil e acabamos cometendo erros por falta de conhecimento”* (S. 20)

-12% dos participantes possuem como desejo/expectativa o quadro de carreira. Exemplo disso é a seguinte justificativa: *“Plano de carreira que contemple todos os direitos trabalhistas e carreira salarial adequada”*. (S. 18)

-12% dos participantes destacam como desejo/expectativa o apoio pedagógico. Um exemplo disso é a seguinte justificativa: *“Quando tem apoio e material apropriados, o trabalho acontece de forma positiva, quando temos”*. (S. 29)

-10% dos participantes assinalaram como desejos/expectativas melhores condições de trabalho, destacamos a seguinte justificativa: *“com boas condições se torna melhor o atendimento ao usuário”*. (S. 11)

-10% dos participantes assinalaram como desejo uma menor jornada de trabalho. Em suas justificativas percebemos que todos que marcaram a questão possuem extensa carga horária de trabalho. Temos como exemplo a seguinte justificativa: *“A carga horária deve ser ajustada, pois a atual é exaustiva, trabalhar 6 dias e folga 1”*. (S. 26)

-9% dos participantes marcaram como desejo/expectativa o apoio da assistência social. Destacamos a seguinte justificativa como exemplo: *“Fundamental para somar com a instituição e serviço”*. (S. 11)

-3% dos participantes assinalaram outros desejos/expectativas. Temos como exemplo a seguinte justificativa: *“Definição do trabalho do educador sem ultrapassar o limite da profissão”*. (S. 18)

Os principais desejos para a vida profissional convalidam o que já foi destacado quanto às perspectivas de futuro em relação ao trabalho na Educação Social especialmente no que trata da formação, salário e carreira. Nesse cenário, foram aludidos fatores referentes à: busca por melhores salários, apoio pedagógico, jornada de trabalho menos exaustiva, formação específica, formação continuada, condições de trabalho e também de um quadro de carreira adequado. Todos os desejos/expectativas do educador social são também reveladores de um quadro de precariedade do exercício profissional, os quais precisam ser superados por maiores investimentos públicos e privados nesse âmbito, seja em relação aos salários, à carreira, gestão e/ou organização do trabalho socioeducativo. Nesse sentido, é preciso compreender o que as práticas de Educação Social exigem em termos de investimentos na qualidade dos recursos humanos, das condições materiais e da formação, a fim de que as suas práticas alcancem efetivamente os objetivos a que se propuseram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve por objetivo analisar os desafios cotidianos de educadores sociais que se encontram atuando em instituições que oferecem ações socioeducativas. Também buscou-se compreender as atribuições dadas aos educadores sociais e verificar quais são as perspectivas de vida profissional que esses profissionais apresentam.

Para a pesquisa tratou-se sobre a origem da Pedagogia Social/ Educação Social, seus conceitos e objetivos, bem como sobre a luta pelo reconhecimento legal da profissão e os campos de atuação deste profissional especificamente o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

No que se refere ao perfil dos educadores sociais participantes, viu-se que a maior parte deles são mulheres, com idade entre trinta e cinquenta anos, com formações distintas que não abrangem a área da educação social. O tempo de atuação dentro das instituições sociais é bastante curto o que sem dúvida é um fator muito prejudicial em relação à criação de vínculos com os educandos, pois para que haja vínculo é necessário um processo de interação contínuo que permita desenvolver em ambas as partes sentimentos de confiança, empatia, segurança, pertencimento, identificação, entre outros. A grande maioria dos educadores possui uma faixa salarial baixa, considerando a carga horária semanal extensa, o trabalho exigente que desenvolvem e as suas perspectivas de melhoria de vida e de formação.

O trabalho que o educador social desenvolve visa proporcionar oportunidades e experiências que levem os educandos a conquista dos seus direitos enquanto cidadãos pertencentes à sociedade tornando-os capazes de enfrentar a situação de vulnerabilidade em que se encontram. Como um importante mediador de transformação da sociedade, o educador social desempenha sua função social nas instituições em que trabalham, por meio de diversas atribuições.

A partir das análises viu-se que esses profissionais atuam diretamente com os educandos, seja em situação individual ou em grupos, objetivando construir um olhar diferenciado diante das suas realidades através de situações que promovam seu aprendizado e seu desenvolvimento. Os educadores encontram cotidianamente diversos desafios relacionados à falta de apoio da

equipe, falta de recursos para desenvolver atividades com os educandos, falta de espaço e também de amparo teórico, pois não possuem uma formação específica para atuar como educador social, se encontrando muitas vezes desmotivados ao exercerem suas práticas.

Conforme os dados obtidos nesta pesquisa, um de seus maiores desafios está ligado diretamente ao que diz respeito à permanência e indisciplina dos educandos nas instituições (39%). Sabe-se, contudo, que os educandos carregam consigo vivências e experiências desfavoráveis à vida humana, se encontrando muitas vezes em situações muito negativas dos pontos de vista educacional, social, econômico, de saúde, de moradia, etc. Desta maneira Paiva (2015, p. 69) ressalta que “O diálogo é o ponto chave da Pedagogia Social. Sua metodologia surge do entrelaçamento do diálogo com o cotidiano do educando, vendo-o como ser singular, numa realidade cultural, política, e socioeconômica específica.” Com isso o educador social precisa estar preparado para saber como mediar situações de conflitos ou de resistência dos educandos.

Neste sentido, é importante que os educadores reconheçam qual o seu verdadeiro papel na Educação Social ao desenvolver as atividades socioeducativas com os Educandos, compreendendo quais são as características do desenvolvimento humano e seus contextos sociais, não os culpabilizando por apresentarem comportamentos que se mostram diferentes do esperado pelos valores sociais.

Em contrapartida esses profissionais encontram-se na maioria das vezes desamparados sem uma formação específica ou um apoio necessário para trabalhar com tais situações, pois dentro da Psicologia, por exemplo, tais comportamentos poderiam ser explicados, para que se levem a desenvolver formas e estratégias de entender as características humanas, principalmente no que diz respeito às crianças e adolescentes vulneráveis.

Os dados permitem considerar as dificuldades que os educadores enfrentam em relação aos recursos e materiais (22%) no desenvolvimento do trabalho desses profissionais. No que tange a isso é preciso refletir sobre o fato que as políticas nacionais, bem como nos estados e municípios, não apresentam ainda planos de investimento para o desenvolvimento dessas instituições.

A partir das análises dos questionários aplicados, percebe-se nas respostas dos educadores sociais que o seu papel na efetivação da função social

de seu trabalho é compreendida como algo importante/fundamental (35%) para os educandos e para a sociedade no sentido de serem formadores, transformadores, percebendo também a importância da criação de vínculo (28%) entre educador e educando. Nota-se, nesse sentido, que o conhecimento sobre o seu papel que levam a efeito e a percepção da importância dos vínculos, é um conhecimento construído nas relações com os educandos no cotidiano das suas práticas, permitindo dizer que o sentido do trabalho do educador social é também o de produzir a história humana. Paiva (2015, p. 86), sobre isso, destaca que:

[...] o conhecimento que surge da relação educador social e educando é mutável, dinâmico, possível, pois é construído com o outro, quando possui sentido na história humana, na história do ser que é singular, único, e que também produz história.

É imprescindível, portanto, que os educadores tenham a clareza sobre a dimensão da função social de seu trabalho, pois ao perceberem o quão importante é sua prática se sentirão mais motivados a desenvolverem seu papel de mediador social com mais foco no educando, nas instituições e nas políticas para a promoção da transformação, levando em consideração as especificidades humanas e os contextos sociais. O conhecimento com relação à função social do seu trabalho está ligado à formação deste profissional, pois é necessário que este profissional não caminhe sem direção, apenas seguindo instruções institucionais, sem perceber o quanto o seu trabalho é importante para as pessoas e para a sociedade.

Assim como já mencionado, o Brasil não apresenta um curso que ofereça uma formação específica a esses educadores, prejudicando-os em sua prática, pois os mesmos não possuem um amparo teórico na Sociologia, na Política, na Psicologia, e acerca da Pedagogia Social e Educação Social. Sendo assim, não se pode culpabilizá-los por alguma falha no seu trabalho, pois eles estão consolidando suas práticas e intervenções unicamente a partir das suas experiências cotidianas. “Desse modo, o conhecimento e o método que se opera em seu âmbito estão vinculados diretamente às experiências construídas e refletidas pelos sujeitos nas dinâmicas socioeducativas em que estão inseridas.” (SEVERO; SANTOS; QUEIROGA, 2018, p.102). Assim, é necessário ampliar o conhecimento dos educadores sociais para além das práticas, possibilitando-lhes

a reflexão teórica e a pesquisa sobre as mesmas, a fim de construírem um conhecimento mais elaborado.

Percebeu-se, ainda, que muitos educadores possuem como perspectiva de vida profissional o reconhecimento e a valorização da profissão (37%), e também almejam uma formação específica (29%) para que assim possam promover a transformação consciente dos educandos. Outros educadores infelizmente não possuem perspectivas positivas acerca de sua profissão, pois se sentem desvalorizados, e não veem crescimento na área em que atuam.

Destaca-se que a partir dos questionários, que o reconhecimento e valorização estão sempre atrelados à necessidade de uma formação específica e também de condições de trabalho. Nas expectativas destacadas pela grande maioria dos educadores para sua vida profissional aparecem os salários (16%) e a formação continuada (15%). Nos dados sobre o perfil dos educadores participantes da pesquisa, destacou-se uma faixa salarial extremamente baixa, dentre um a dois salários mínimos. Muitos deles enfatizaram a melhoria salarial como fator do reconhecimento de sua profissão, ao lado das expectativas de formação continuada e de formação específica. Essas expectativas são vistas pelos educadores como uma maneira de valorização necessária para o crescimento e a qualidade dessas.

Finalmente, pode-se dizer que os educadores encontram cotidianamente muitos desafios no exercício de sua prática social, pois são muitas as suas atribuições. Percebe-se quão importante é a valorização e o reconhecimento desse profissional, desde o auxílio da equipe de trabalho até um salário que realmente expresse suas responsabilidades em relação às práticas profissionais desenvolvidas. Superar essas dificuldades é o grande desafio a ser enfrentado pelas políticas de proteção social e educacionais, pois é urgente superar a falta de recursos básicos necessários ao desenvolvimento das atividades socioeducativas, a ausência de apoio a quem desenvolve as ações educativas, a desmotivação dos que atuam na linha de frente na ação profissional.

Esta pesquisa mostrou que o educador social caminha em busca de uma identidade profissional que ainda não possuem e da dignidade do seu trabalho e papel perante a sociedade. Retrata ainda a condição de precariedade que enfrentam no seu exercício profissional cotidiano, a qual necessita ser superada urgentemente. Os educadores sociais que se encontram trabalhando nesta

condição são, sem dúvida, trabalhadores muito valorosos, pois, apesar das dificuldades cotidianas, constroem, na relação e no vínculo com seus educandos, um modo diferente e mais humano de conceber a vida.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, G. G.; CECÍLIO, T. S. **As infâncias nas instituições de acolhimento em Ponta Grossa: o olhar dos (das) educadores (as) sociais**. 2016, 98f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2016.

BAULI, R. A. **Educador Social no Brasil: profissionalização e normatização**. 2018. 315 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Nº5346/2009**. Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências. 2009. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5F9F43A821CA15093163812F26F29B60.proposicoesWebExterno1?codteor=661788&filename=PL+5346/2009. Acesso em: 10 fev. de 2019. Texto original.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Altera aspectos do Estatuto e dá outras providências. Brasília. 2010.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado Nº328/2015**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências. 2015. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getTexto.asp?t=166960&c=PDF&tp=1> Acesso em: 10 fev. de 2019. Texto inicial.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 328/2015**. Insere a 4ª Emenda nº3 – CE, remunerando a cláusula de vigência como art 6º, 17 de maio de 2016.

BRASIL. Senado Federal. Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. **Texto da Resolução**, n. 109, 2009. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Reimpressão. Brasília. 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 09 fev. de 2019.

DE PAULA, E. C. L. **O trabalho do (a) educador (a) social nas entidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na cidade de Ponta Grossa – PR**. 2015, 90f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015. Secretaria Especial do desenvolvimento Social. Disponível em <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acesso em: 10 fev. 2019.

GADOTTI, M. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012.

RIBAS MACHADO, É. ; RODRIGUES, M. F.; SEVERO, J. L. R. L. Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social no Brasil: entrecruzamentos, tensões e possibilidades. **Interfaces Científicas – Educação**. Aracaju. v. 3. n.1. p. 11 – 20, Out. 2014.

RIBAS MACHADO, É. **A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2010.

RIBAS MACHADO, É. **Fundamentos da Pedagogia Social**. Editora Unicentro, Paraná, 2013. Disponível em:<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/591/5/MACHADO%20E.R.%20-%20Fundamentos%20da%20Pedagogia%20Social%20%28revisado%29%2001.pdf>. Acesso em: 10 fev. de 2019.

MACHADO, M. A pedagogia social: diálogos e fronteiras com a educação não-formal e educação sócio-comunitária. **Revista de Ciências da Educação**, São Paulo, n. 18, 2008.

MORAES, C. A. **Pedagogia social comunidade e formação de educadores: na busca do saber sócio-educativo**. Salvador, 2006. Disponível em: <http://gephishnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/pedagogia-social.pdf>. Acesso em: 10 fev. de 2019.

PASSOS, J. M. Pedagogia Social: os precursores e suas influências. **Revista de Pedagogia Social**, v. 5, n.1, junho de 2018. Disponível em: <http://www.revistadepedagogiasocial.uff.br/index.php/revista/article/view/114>. Acesso em: 10 fev. de 2019.

PAIVA, J. S. **Caminhos do educador social no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial, 2015.

SERRANO, G. P.; LLAMAS, A.; GARCÍA, J. L. Fundamentos de la Pedagogía Social y de la Educación Social. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 3, n. 1, p. 21-32, 2014.

SEVERO, L. R., SANTOS, F. M. A. V., QUEIROGA, N. S. Uma pedagogia para o social: desafios da prática pedagógica em contextos não escolares. **Pedagogia Social: Um horizonte educativo para contextos diversos**. Fortaleza: Imprece, p. 97 – 113, 2018.

UJIIE, N. T.; NATALI, P. M.; MACHADO, E. R. Contextos da formação do educador social no Brasil. **Educação Unisinos**, v. 13, n. 2, p. 117-124, 2009.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO

O presente questionário tem como objetivo analisar os desafios e funções que os Educadores Sociais encontram em sua prática cotidiana nas instituições caracterizadas como Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Os sujeitos participantes têm a garantia de receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento a qualquer dúvida acerca das questões relacionadas à pesquisa e lhe são amplamente assegurados: liberdade de recusar-se a responder perguntas que ocasionam constrangimentos; liberdade de se retirar a qualquer momento da pesquisa, assim como total sigilo sobre as fontes dos dados e o caráter confidencial das informações prestadas, zelando-se pela privacidade do sujeito participante e garantindo que sua identificação não será exposta nas conclusões do estudo e publicações decorrentes da presente pesquisa.

Esta pesquisa será apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Responsáveis pela pesquisa

Acadêmicas: Fabiele Magdaline Chaves - lovatofabiele@gmail.com- (42) 988141699

Vanessa Aparecida Diniz- dinizvanessa9@gmail.com- (42) 988347678

Orientadora: Profa. Dra. Priscila Larocca – prilarocca@gmail.com (42) 988032322

Vias de Acesso à COEP – COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA – UEPG:

Av. Carlos Cavalcanti, n. 4748, Campus Universitário de Uvaranas,

Bloco M, Sala 12. Fone: (42) 3220.3108 e-mail: seccoep@uegp.br

Assinatura de consentimento

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

DADOS GERAIS

Nome: _____.

Idade: _____ Sexo: _____ Fone: () _____ E-mail: _____

Estado civil: _____ Tem filhos? () sim () não Quantos? _____.

Endereço: _____ Cidade: _____

Formação: () Ensino médio. Qual: _____

() Superior. Qual: _____

Instituição de trabalho: _____

Tempo de trabalho como Educador (a) Social: _____.

Faixa salarial: () Até um salário mínimo.

() Entre um e dois salários mínimos.

() Mais de dois salários mínimos. Quanto? _____

Carga horária semanal: _____ Carga horária diária: _____

Experiência de trabalho anterior: () sim () não. Qual? _____

Quanto tempo: _____

QUESTÕES (Use o verso se necessário)

1. Quais as atividades (atribuições) cotidianas que você exerce como Educador (a) Social?

2. Liste os principais desafios e dificuldades que você enfrenta como Educador Social no dia-a-dia das suas relações com os educandos e/ou com a instituição.

3. Como você percebe seu papel na efetivação da função social do seu trabalho?

4. Qual a sua perspectiva de vida profissional na Educação Social?

5. Marque e justifique seus principais desejos/ expectativas para a sua vida profissional.

() Melhores salários.

() Jornada de trabalho.

() Formação profissional adequada

() Formação continuada

() Quadro de carreira

() Condições de
trabalho

() Apoio
pedagógico

() Apoio da assistência
social

() Outros.

Quais?
